



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 021

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

021ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	13
Mensagem do Presidente	18
Horário do Pequeno Expediente	18
Dep. Barbosa Neto	18
Dep. Elio Rusch	18
Dep. Hermes Fonseca	19
Dep. Reni Pereira	21
Dep. Valdir Rossoni	23
Dep. José Domingos Scarpellini	23
Horário do Grande Expediente.....	24
Dep. José Domingos Scarpellini	24
Horário das Lideranças	24
Liderança do PFL: Dep. Elio	
Rusch	19
Liderança do PT: Dep. Hermes	
Fonseca	22
Liderança do PDT: Dep. Barbosa	
Neto.....	29
Liderança do PSDB: Dep. Ademar	
Traiano	30
Liderança do PMDB: Dep.	
Cleiton Kielse	31
Ordem do Dia	33
Leitura do Expediente	33
Discussão/Votação	33
3ª Discussão	33
2ª Discussão	34
1ª Discussão	34
Discussão Única.....	35
Requerimentos	36
Ordem do dia da próxima Sessão	36

021ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2005

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Cleiton Kielse.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Chico Noroeste, Luiz Fernandes da Silva Litro e Waldir Leite (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 657

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 471/2004, que objetiva alterar redação e acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 472/2004, que visa alterar a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para que o mesmo informe à Assembléia Legislativa, toda e qualquer comunicação recebida apontando indícios de vício ou de irregularidade em atos do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Resolução nº 004/2005, relatório final da CPI das Universidades, por 03 (três) Sessões, item 10 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 21/2005 e 123/2005, que dispõem sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shoppings centers e hipermercados.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 121/2005, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Vida - APROVI, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Informamos que há existência de uma proposição de matéria idêntica, a Lei nº 13.908.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja constituído grupo de trabalho com a finalidade de desenvolver estudos e elaborar projeto e consolidar a Coletânea de Legislação do Estado do Paraná.

O Grupo de Trabalho contará com no mínimo 03 (três) e até 05 (cinco) Deputados e terá por finalidade mapear e organizar por ordem cronológica e temática a legislação estadual, além da vigência, dando ainda outras formas necessárias ao bom desempenho da atividade.

O presente requerimento justifica-se pelo fato de que o Estado do Paraná, somente nesta nova fase pós-constitucional, contar com quase 15.000 leis aprovadas e outras em tramitação. Muitas destas leis já perderam seu objeto, outras se desenvolvem em paralelo e novas iniciativas legislativas. A Comunidade Jurídica, a Administração Pública assim como toda a população somente terá a ganhar com a efetivação do presente projeto.

Para o desenvolvimento das atividades a Assembléia Legislativa dará todo suporte material, de recursos humanos e logístico necessário.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 685

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2005 para que o Sr. Procurador Geral do Estado - Dr. Sérgio Botto de Lacerda explique sobre declarações feitas pelo Procurador Dr. Luiz Henrique Bonaterra nesta Casa de Leis, em Sessão Plenária do dia 29/03/2005.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19 de abril, para explanação do Professor Paulo Roberto Godoi, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, referente ao Relatório Final da CPI das Universidades.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA autorização para ausentar-se deste plenário nas Sessões dos dias 05 e 06 de mês de abril, para participar, como palestrante, da Jornada Sobre Tratamento e Disposição de Resíduos Urbanos, a realizar-se no dia 05 de abril em Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se no período entre os dias 05 e 06 do corrente mês e ano, para realização de viagem a Brasília/DF, a fim de participar da posse do Deputado Federal Dilton Vitorassi.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se no período entre os dias 05 e 06 do corrente mês e ano, para realização de viagem a Brasília/DF, a fim de tratar de assuntos referentes à reforma tributária.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Olga Maksymovicz Cava, ocorrido no dia 30 de março p.p., no Município de Jaguariá/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua filha, a Sra. Lídia Cava Guimarães, enviando correspondência à Pça. Getúlio Var-

gas, s/nº, caixa postal 125, CEP 84200-000 - Jaguariá/PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O homem, dentro da sua capacidade de pensar, procura explicações para a dádiva da vida, como também para o momento da partida. Podemos, portanto, colocar a vida como se fosse uma viagem. Vamos imaginar que um dia chegamos em uma estação ferroviária, compramos o bilhete e entramos no trem.

A partir deste momento, a única certeza que temos é que um dia esta viagem vai chegar ao seu ponto final. Porém, até esta data, muitos e muitos acontecimentos vão ocorrendo. Não sabemos, por exemplo, se a viagem será calma ou tumultuada. Não sabemos ainda quem são as pessoas que vão estar ao nosso lado no vagão da vida.

A vida é assim. O imponderável pode acontecer a cada momento. E, o mais importante são os momentos bons que guardamos em nossa memória. Lembrar da dona Olga, não pela partida, mas pelo que ela, com o seu carinho, com o seu trabalho, com a sua dedicação semeou de bom para o seu marido, para a sua filha, para os seus netos e para os seus bisnetos.

Se existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Fica a história de amor de dona Olga. Uma história que deve ser lembrada e que, com absoluta certeza, gerou grandes ensinamentos e boas lições às próximas gerações.

A nossa fé cristã nos faz acreditar que aconteceu apenas uma separação. Que um dia, dentro do plano divino, haverá novamente o reencontro. Enquanto isso, pedimos a Deus, dentro do seu infinito amor, acolha dona Olga na sua morada eterna.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Moacir Bonetti, ocorrido no dia 26 de março p.p., nesta Capital.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Geni Seccon Bonetti, enviando correspondência à Rua Florisval Lançani, 169 - casa 01 - CEP 82080-120 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre do Moacir como bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

A vida não é marcada pela quantidade de anos vividos. Ela deve ser vista pela forma como cada um, dentro das suas capacidades, pode e soube viver plenamente cada momento.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe o Moacir na sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sumo Pontífice, Sua Santidade o Papa João Paulo II, ocorrido em data de 02/abril de 2005, no Vaticano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Vaticano, através de seu representante no Brasil, Dom Lourenço Baldicere, Presidente da CNBB; Arcebispo de Salvador Cardeal Primaz do Brasil, Dom Geraldo Majella Agnelo; ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Moacyr José Vitti.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Santo Padre João Paulo II, faleceu em Roma em 02 de abril de 2005, no Vaticano, aos 84 anos de idade.

É deveras um dia de tristeza o dia de hoje. O Santo Padre soube granjear a confiança e a simpatia de todos aqueles que recorreram ao seu saber, em busca de lenitivo para suas dores. E o segredo disso reside na sua proficiência, dedicação e finura de trato. Nunca um sofredor ficou sem seu auxílio, quando recorreu a ele. Ricos e pobres receberam sempre a mais simpática acolhida.

João Paulo II, revolucionou não só a história do Brasil, mas sim a do mundo, com sua dedicação e abnegação pelas mais nobres causas que são a união e a paz entre todos os povos, sem discriminação de raças, credos e etnias.

Ele não mediu esforços para cruzar fronteiras, que até então ninguém ousaria a fazê-lo, peregrinou o mundo semeando a paz.

Em 28 de abril de 1986, por iniciativa deste Parlamentar, foi proposto aprovarmos nesta Casa o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Santo Padre, o qual tive o imenso prazer de entregar pessoalmente em viagem ao Vaticano.

Karol Wojtyla nasceu em Wadowice (Polônia) em 18 de maio de 1920. Filho de Dona Emília Kaczorowska e do sub-oficial do Exército austro-húngaro, Karol Wojtyla.

Foi batizado na igreja paroquial de Wadowice aos 20 de julho de 1920. Em 1930 frequentou a escola secundária Marcin Wadowice de sua terra natal. Nesta cidade cursou o ginásio e o liceu.

Foi crismado no dia 03 de maio de 1938. Ainda nesse ano foi matriculado na Faculdade de Letras da Universidade Jaghelônica de Cracóvia. Durante este período trabalhou como operário braçal em Zakrozwok.

Em 1939, Karol, estudante e operário, toma parte como ator no “Estúdio Dramático 39”, de Cracóvia.

1940/44 - Durante a guerra, Karol Wojtyla trabalhou na mina de pedra de “Solvay”, e participou na criação do Teatro Rapsódico com Mieczalaw Kotlarczvk.

Em 1944, procurado pelos nazistas, refugiou-se na casa do Bispo Saphiena. Torna-se seminarista.

Em 1º de novembro de 1946 foi ordenado sacerdote. Partindo em seguida para Roma, onde continuou seus estudos teológicos. 1948 - Karol defendeu sua tese sobre São João da Cruz e retornou à Polônia. Exerceu o serviço sacerdotal em Niegowic e, depois, em Cracóvia.

1950/53 - Karol Wojtyla trabalhou ativamente junto à juventude da periferia de Cracóvia. 1955 - São anos difíceis para a igreja polonesa. Karol Wojtyla colabora na revista mensal Znak (Sinal), assinando seus artigos com pseudônimo de Ardrzejjawien. Sendo também professor de Filosofia na Universidade Católica de Lublin. Em 04 de julho de 1958 - Pio XXII nomeou Karol Wojtyla Bispo-Auxiliar de Cracóvia.

Junho de 1962. Com a morte do titular, Monsenhor Baziak, o Bispo-Auxiliar, Wojtyla, foi nomeado Vigário Capitular de Cracóvia.

13 de janeiro de 1964 - Wojtyla foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Cracóvia. Participou ativamente do Concílio Vaticano II. Em 26 de janeiro de 1967, Paulo VI o nomeou Cardeal. 6 de agosto de 1978 - Morreu Paulo VI. Dia da transfiguração do Senhor.

26 de agosto de 1978 - Em um dos mais breves conclaves da história da igreja, foi eleito Papa o Cardeal Albino Luciani, Patriarca de Veneza, que tomou o nome de João Paulo I.

28 de setembro de 1978 - João Paulo I, depois de 33 dias de Pontificado, morreu repentinamente. 14 de outubro de 1978 - Os Cardeais reúnem-se para escolher um novo Pontífice para a Igreja.

16 de outubro de 1978 - Karol Wojtyla, Cardeal e Arcebispo de Cracóvia, foi eleito o 265º sucessor de São Pedro, tomando para si o nome de João Paulo II. Sendo o

primeiro Papa não italiano depois de 450 anos. Ocupa o primeiro posto na direção dos destinos da Igreja Católica.

Santo Padre, prometemos que nunca haveremos de esquecer-lo e que hás de ser sempre para nós, o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Lá onde está, junto a Deus, seja nosso intercessor para que sua proteção vele sempre sobre nós.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste humilde servo, tem o dever de apresentar este singelo requerimento, para que fique registrado aqui a sua falta.

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlito Juvinski Rocha, que residia no Município de Rio Branco do Sul - PR.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Santos, 91 anos de idade. Desempenhou importantes funções no Município de Rio do Sul, sendo Vereador, Presidente da Câmara e fundador do Sindicato Rural.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do agropecuarista Hilário Hornung, pai do

Prefeito Municipal de Reserva, Frederico Bittencourt Hornung, ocorrido em 30 de março passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Generoso Marques, 617 - CEP 84320-000 - Reserva / PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 682/2005

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Maringá, Silvio Magalhães Barros II, enviando-lhe voto de congratulações pela classificação do Município de Maringá, liderando o ranking da tranquilidade criado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, conforme matéria publicada na Revista Época de 04 de abril de 2005.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à população de Maringá, pela matéria publicada na revista Época, edição do dia 04 (quatro) de março do corrente ano, elegendo a cidade de Maringá a mais segura do Brasil, com mais de 300 (trezentos) mil habitantes.

Quero, portanto, parabenizar a revista Época pela oportuna e bem produzida matéria sobre a violência no País e cumprimentar o Prefeito de Maringá, Silvio Magalhães Barros II e sua equipe de trabalho e sobretudo o povo ordeiro de Maringá pelo belo exemplo demonstrado ao país inteiro.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Soja em Londrina, pelos seus trinta anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos

de hoje, de votos de congratulações e apoio ao Município de Mallet, Estado do Paraná, pela realização da 9ª Kiwi Fest.

A festa, que é o Encontro Estadual de Produtores de Kiwi, realizar-se-á nos dias 29 e 30 de abril e, 1º de maio do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Rogério da Silva Almeida, e ao Presidente da Comissão Organizadora da Festa, Sr. Lourenço Muran, ambos no endereço: Prefeitura Municipal de Mallet, Estado do Paraná, Rua Major Estevão, 180 - CEP 84570-000.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de votos de congratulações e sucesso à Sociedade Rural do Paraná, pela realização da Exposição 2005 em Londrina, Estado do Paraná.

A exposição ocorrerá nos dias 07 a 17 de abril deste ano.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Presidente da referida Sociedade, Sr. Edson Neme Ruiz, no endereço: Avenida Tiradentes, 6275, Caixa Postal 398, Londrina, Paraná - CEP 86072-360.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Anderson Schimidt, novo Presidente da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sua posse festiva ocorreu na data de 02.04.2005, para gestão da Entidade dos anos de 2005/2006.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Presidente, Sr. Anderson Schmidt, no endereço: Rua Luiz Leão, 01, Apto. 416, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso aos Srs. Antonio Marco Gonçalves Baptista e Cleibson Apa-

recido de Almeida, respectivamente, ex-Presidentes do CA = Conselho Administrativo e do CD = Conselho Deliberativo da CEU = Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Ficam congratulados pelas excelentes gestões que tiveram frente à Entidade, 2004/2005 e, que a festa merecida da entrega dos cargos, ocorreu em 02.04.2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos Presidentes, Antonio Marcos Baptista e Cleibson Aparecido de Almeida. Rua: Luiz Leão, 01, Aptos. 210 e 212, respectivamente, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Luiz Barradas e à Vereadora, co-autora da proposição, Sra. Alexandra de Jesus Marchi, ambos do Município de Perobal, Estado do Paraná.

Ficam congratulados e parabenizados os Vereadores, pela mudança de horário das Sessões da Câmara, do período da tarde para a noite, propiciando assim, a participação dos cidadãos do Município.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à M.B.M. Consultoria, Auditoria e Contabilidade S/C. Ltda., pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima - na pessoa da Diretora Leonilda Palmonaru Metri, corpo docente e funcionários, pelos excelentes serviços prestados à comunidade e à educação paranaense.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Dr. Edson Izumi, pelos relevantes serviços prestados na área da medicina e a seus clientes.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Restaurante Madalosso, que completa 35 anos de atividades.

No dia 02 de abril de 1970, era inaugurado o Novo Restaurante Madalosso, como é chamado pela sua direção e frequentadores, oferecendo um cardápio típico da comunidade italiana em seu bairro tradicional, Santa Felicidade. De lá para cá, o Madalosso tornou-se sinônimo da gastronomia curitibana e hoje ele é o segundo maior restaurante do mundo e o maior da América Latina. A enorme estrutura e uma equipe de 225 funcionários, permitem que o restaurante atenda até quatro mil pessoas ao mesmo tempo - marca que o mantém nas quatro últimas edições do livro dos recordes, o Guinness Book.

A razão de tanto sucesso deve-se ao espírito empreendedor de seus fundadores: Flora Madalosso Bertolli, Carlos Roberto Madalosso e Severino Madalosso. Aliado a isso o impecável tratamento dispensado aos clientes, pelo seu mestre Ernani Ribas do Valle, com 40 anos de serviços prestados à família Madalosso; a Sebastião Meira Pinto e a Tereza Azevedo Custódio, ambos com 35 anos de serviços.

Efusivos cumprimentos deste Deputado, extensivo aos demais Pares desta Casa bem como da comunidade paranaense, consignando-se o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Nildo Raboni.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Clorivaldo Gatti, Magnífico Reitor da UNIVALE (União das Escolas do Vale do Ivaí).

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Dra. Emília Simeão Albino Sako, Presidente Regional da ADESG - Associação dos Diplomados da Escolas Superior de Guerra.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, pelos seus 46 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Presidente da instituição homenageada, Sr. Sebastião Raimundo da Silva, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Wagnes Sambatti, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Antonio Baccarin, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Leosé Pinho de Carvalho, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Salvador Biazzone Júnior, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Lúcio Pielarisse, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Jacélio Dumas Coutinho, integrante da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação. Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Deoclécio Moraes da Silva Filho, Presidente da Associação dos Funcionários Municipais de Londrina, que está completando 51 anos de atuação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Promotoria de Investigação Criminal no sentido de apurar a responsabilidade administrativa criminal, na aplicação de verbas repassadas pelo SUS e outras verbas do Estado ao Município de Apucarana, pois, pelo que consta não vem cumprindo a sua finalidade, deixando a população totalmente desassistida, conforme denúncias encaminhadas ao Promotor Dr. Márcio Pinheiro Dantas Mota.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Leôncio Vieira de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da BrasilTelecon, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público, na Avenida Senador Salgado Filho, 2.715 em frente à Igreja Evangélica Batista de Guabirotuba, entre as ruas Cônego Januário e Capitão Zeppin no Bairro Uberaba nesta Capital.

Tal solicitação prende-se ao fato de a referida denominação evangélica desempenhar um excelente trabalho com crianças carentes da comunidade na área da ação social e necessita com a máxima urgência da instalação desse telefone público.

Requer ainda, que se dê ciência ao Pastor Sérgio Ferreira Magalhães, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Senador Salgado Filho, 2715 - Bairro Uberaba - CEP 81.570-000 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, solici-

tando com a máxima urgência a liberação de uma ambulância para o Município de Centenário do Sul, conforme pretensão da ilustre Vereadora Vera Lúcia Cardoso.

Requer ainda, que se dê ciência à Vereadora Vera Lúcia Cardoso, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nossa Senhora do Rocio, 583 - Centro - CEP 86.630-000 - Centenário do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento no Jardim Maracanã, Jardim Guaraituba e região no Município de Colombo, através do Programa Povo, da Polícia Militar.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Bárbara Maria Maichuk Miguel, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Ivatuba, 58, casa 2A- Jardim Guaraituba - CEP 83.410-220 - Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Pinhais, conforme requerimento aprovado de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, solicitando com a máxima urgência a disponibilização de 02 duas viaturas da Polícia Militar, para que seja intensificado o policiamento no Município de Pinhais.

Requer ainda, que se dê ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP 83.323-000 - Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de um aparelho para a realização de exames hormonais, para o

Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA, do Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Presidente do CISA, Sr. Luiz Lázaro Sorvos, bem como o Coordenador Geral do CISA, Sr. Wilson Simões, (Av. Rio Branco, 4464 - Umuarama-PR - 87501-130).

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de um equipamento para Raio X, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA, do Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Presidente do CISA, Sr. Luiz Lázaro Sorvos, bem como o Coordenador Geral do CISA, Sr. Wilson Simões, (Av. Rio Branco, 4464 - Umuarama-PR - 87501-130).

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, solicitando aumento no número de funcionários para atendimento na Agência do Trabalhador em Londrina, situada à Rua Guaporé, 272.

Vale ressaltar que a referida agência possui apenas três atendentes, sendo um estagiário e dois funcionários efetivos. Consequentemente, filas enormes são formadas.

Outra necessidade é o aumento do número de dias em que médicos atendem os portadores de necessidades especiais, pois este tipo de atendimento é realizado apenas uma vez por semana.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, o encaminhamento de cópia do contrato original de aquisição de energia da CIEN e suas alterações posteriores; informar qual o valor, em reais, do mW/h quando da formalização do contrato, se houve suspensão do contrato ou rescisão do mesmo, quais os motivos e, se houve composição pos-

terior, neste caso, informar qual o valor vigente para o mW/h.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI,
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROS-
SONI, ELIO RUSCH e DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, solicitando que seja desenvolvido com a máxima urgência, um plano alternativo de sustentabilidade aos trabalhadores postos à margem do mercado formal de trabalho situados na região da tríplice fronteira e diretamente afetados pela crise instalada em Foz do Iguaçu, pela conjugação de atividades repressora do fisco federal e a crise de empregos que grassa em nosso País ao longo dos anos, bem com a alocação de recursos orçamentários que minimizem os efeitos da atual crise na região, tomando, por exemplo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná para 2.005 - Lei 14.468 de 21.07.2004, que prevê entre suas diretrizes a geração de emprego e renda, através de atividades ocupacionais e intenso treinamento da mão-de-obra.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Não se questiona se as ações repressoras na fronteira com o Paraguai e a Argentina estão certas ou erradas. O fato concreto é que, aproximadamente trinta mil pessoas residentes e domiciliadas em Foz do Iguaçu e região, ficaram de uma hora para outra, sem meios de subsistir. Os efeitos de tal constatação se farão sentir de formas trágicas com o aumento da criminalidade, demandas maiores de saúde, prostituição, baixo rendimento escolar, etc. Cabe às três esferas do Governo, a adequação de medidas concretas e urgentes para minimizar esses efeitos indesejáveis.

Sugiro que o programa Ocupação e Renda, que no Paraná obteve respaldo legal através da Lei 14.468/04 - L.D.O. que estipulou como uma das diretrizes básicas a geração de emprego e renda.

REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente, ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio de Patrulha Escolar para o Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação se deve aos altos índices de criminalidade nas proximidades das escolas do Município,

sendo que Santa Terezinha de Itaipu conta com 06 (seis) escolas municipais, duas das quais funcionam também no período noturno para a Educação de Jovens e Adultos - E.J.A. de 1ª a 4ª série, sendo elas a Escola Municipal Olímpio Spricigo e a Escola Municipal Monteiro Lobato, e 04 (quatro) Escolas Estaduais, das quais duas funcionam no período noturno, o Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra e o Colégio Estadual Dom Manoel Konner.

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado correspondência ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo o envio à Assembléia Legislativa de mensagem de reestruturação das carreiras de Escrivão, Investigador de Polícia e Papiloscopista.

Segundo informações do sindicato das categorias mencionadas, o processo de reestruturação salarial tramitou pelas Secretarias de Segurança, Administração, Finanças e Planejamento, obtendo pareceres favoráveis inclusive no que se refere ao aspecto orçamentário. Resta agora, ao Chefe do Poder Executivo, iniciar o processo legislativo.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Carmelengo do Vaticano¹, Cardeal Eduardo Somalo Marinês; ao Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil², Cardeal Dom Geraldo Majella Agnello; à Cúria Metropolitana de Maringá³, Arcebispo Dom Anuar Battisti; bem como à Cúria de Curitiba⁴, Arcebispo Dom Moacir Vitti, externando condolências em razão da morte do Santíssimo Padre Papa João Paulo II, ocorrida no dia 02 de abril de 2005.

O Santíssimo Padre João Paulo II, conhecido como o Papa Peregrino, levou a mensagem de Cristo de amor entre as nações nos 26 anos e 05 meses de seu reinado à frente da Igreja Católica.

João Paulo II fez o terceiro maior Pontificado da História da Igreja Católica, Pedro, o primeiro Papa,

1.Secretaria do Estado do Vaticano - Cidade do Vaticano - CEP: 0120-Itália.

2.Sede Nacional da CNBB - SE/Sul Quadra 801 - conjunto "B" - Brasília/DF - CEP: 70.401-900.

3.Av. Tiradentes, 740 - Caixa Postal 152 - CEP: 87.001-970 - Maringá/PR.

4.Rua Jaime Reis, 369 - Curitiba/PR.

segundo os historiadores, exerceu o Pontificado entre 34 e 37 anos. Pio II, foi o Pontífice por 31 anos e 08 meses.

João Paulo II fez 104 viagens, visitando 129 países, pronunciando 2.382 discursos, passando 543 dias fora da Itália.

Na Itália fez 146 visitas pastorais, 906 discursos e percorreu mais de 84 mil quilômetros dentro do país.

No Vaticano fez nove consistórios (reunião de cardeais), seis reuniões do colégio de cardeais, 15 sínodos de bispos. Atendeu 1.500 audiências e entrevistas. Entre elas, 65 com chefes de Estado e 1.100 audiências gerais semanais.

João Paulo II publicou 14 encíclicas, 15 exortações apostólicas, 11 constituições apostólicas, 42 cartas apostólicas, num total de 80 mil páginas, divididas em 54 volumes.

400 milhões de pessoas é o público estimado que presenciou as cerimônias públicas do Papa.

O Santíssimo Padre falava fluentemente latim, polonês, grego, alemão, francês, inglês e russo. Proclamou 482 santos e nomeou 232 cardeais.

O Papa João Paulo II conquistou, com sua simpatia e simplicidade, o amor dos católicos e o respeito em todo o mundo.

A signatária esteve com o Papa, em Roma, em três oportunidades, cujas lembranças marcaram sua vida e de sua família em forma indelével. A força desse homem e o seu carisma comoveram o mundo, consternando a todos sua doença e morte.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e da Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Exmo. Sr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador-Geral de Justiça do Estado, no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis para a interdição imediata da Delegacia Pública da 1ª Subdivisão de Paranaguá, tendo em vista que 198 presos estão vivendo em condições desumanas, num prédio destinado a 20 detentos, com água até o tornozelo, má alimentação, sarna contagiosa, casos de tuberculose, fazendo com que os presos não tenham as mínimas condições de higiene e possibilidade de recuperação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e da Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, envio de correspondência para a MM. Juíza de Direito, Patrícia de Almeida Gomes Bergonese, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis para a interdição imediata da Delegacia Pública da 1ª Subdivisão de Paranaguá, tendo em vista que 198 presos estão vivendo em condições desumanas, num prédio destinado a 20 detentos, com água até o tornozelo, má alimentação, sarna contagiosa, casos de tuberculose, fazendo com que os presos não tenham as mínimas condições de higiene e possibilidade de recuperação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 668

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando uma Auditoria na Prefeitura Municipal de Apucarana e na sua autarquia municipal de Saúde Pública, no sentido de apurar a responsabilidade administrativa e criminal na aplicação de verbas repassadas pelo SUS e pelo Estado do Paraná ao Município de Apucarana, verbas estas, que conforme denúncias já encaminhadas ao Dr. Márcio Pinheiro Dantas Mota, Promotor de Justiça, não estão cumprindo com as suas finalidades, deixando a população sem assistência médica e ambulatorial.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Medianeira, sito no Bairro Rivabem I - Município de Campo Largo, que solicitam policiamento ostensivo nessa rua e proximidades, tendo em vista que os moradores estão sendo roubados constantemente. Dias atrás, um deles foi roubado, chamou a polícia, a qual não compareceu ao local, sendo necessário se deslocar até a Delegacia para registrar a ocorrência.

A comunidade sente-se desprotegida, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação dos assaltantes e proporcionar maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos logistas da Rodoviária Velha de Curitiba, que solicitam policiamento ostensivo nos “horários de pico” nesse local.

Ocorre que muitos desocupados ficam brigando e causando-lhes medo e apreensão, bem como a todos os frequentadores da rodoviária.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Município de Araucária, que solicitam policiamento ostensivo no Terminal do Capão Raso, tendo em vista que “ganguês” de pivetes, em pleno dia, invadem o local, armados e assaltam os usuários. Há casos de pessoas que já foram assaltadas por várias vezes nesse terminal.

A comunidade sente-se desprotegida, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação dos assaltantes e proporcionar maior segurança para os usuários de ônibus.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 663

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Boqueirão, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades do “Lar dos Meninos do Xaxim”, tendo em vista que estão ocorrendo assaltos constantemente, mesmo durante o dia.

A comunidade sente-se desprotegida, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação dos assaltantes e proporcionar maior segurança à população.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais, alunos e funcionários da Escola Estadual Santo Antonio - Bairro CIC, que solici-

tam policiamento ostensivo nessa escola. Os assaltos ocorrem frequentemente e a polícia ao ser acionada, informa que não pode fazer nada.

A comunidade sente-se desprotegida, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação dos assaltantes e proporcionar maior segurança para toda a população, principalmente aos alunos e funcionários da escola.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede o envio ao Sr. Governador do Estado - para determinação de providências junto ao Secretário de Segurança Pública do Paraná - do assunto que trata a cópia de e-mail que acaba de receber do professor universitário Aluísio Menin Mendes, referindo-se sobre a insegurança e ao medo da população de Palmas, diante da criminalidade, com prejuízo para aquele importante centro universitário regional.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A obrigação constitucional do Estado de zelar pela segurança de seus cidadãos estaria deixando a desejar em Palmas, a se considerar o texto do e-mail recebido, que vai apenso a este requerimento.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 144/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido, aos estabelecimentos comerciais e pessoas físicas ou jurídicas em geral, a venda de tintas acondicionadas em recipientes de pressão (tinta spray) para menores de 18 (dezoito) anos de idade, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Entende-se por tinta spray, toda tinta acondicionada em recipiente de pressão, cuja composição contenha: resina acrílica dissolvida em hidrocarboneto aromático - pigmentos orgânicos e inorgânicos - gás natural (butano/propano), ou outras substâncias com efeito análogos.

Art. 2º Para o cumprimento desta lei, os estabelecimentos e pessoas mencionadas no *caput* do artigo anterior, que negociarem tinta spray, deverão exigir apresentação da carteira de identidade e emitir nota fiscal de venda ao consumidor, onde obrigatoriamente constarão o nome e endereço completo do comprador.

Art. 3º O estabelecimento que não cumprir as disposições estabelecidas nos artigos precedentes, estará sujeito a punição mediante multa imposta e regulamentada pelo órgãos competentes do Governo do Estado do Paraná.

Art. 4º As pessoas que forem surpreendidas, pichando imóveis da administração pública federal, estadual, municipais, monumentos, bancos de praças, viadutos, casas, prédios, muros, placas de sinalização de trânsito e outros bens públicos ou particulares, sem autorização por escrito do proprietário, ficarão sujeitas à multa de 03 (três) salários mínimos, independente da indenização pelas despesas e custas de restauração.

Parágrafo Único. Se o infrator for menor de idade, a responsabilidade pelo pagamento da multa e da indenização das despesas e custas de restauração, cabem aos seus pais ou responsáveis legais.

Art. 5º Os valores obtidos com a cobrança das multas citadas nos artigos 3º e 4º, serão revertidas para um fundo estadual.

Art. 6º A fiscalização da presente lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ou demais órgãos da administração estadual.

Art. 7º As despesas com a presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares, se necessário, tendo como fonte de custeio o fundo estadual criado com a cobrança das multas.

Art. 8º Ficam proibidos de participar de concurso público municipal e estadual pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as pessoas maiores de 18 (dezoito) anos que forem autuadas em flagrante delito de pichação em todo o Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A autoridade competente deverá comunicar por escrito a ocorrência à Secretaria de Estado da Administração e Previdência e à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art. 9º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível andarmos pelas cidades do Estado do Paraná e verificarmos que monumentos históricos, muros residenciais, fachadas de edifícios, bancos de praças, viadutos, edifícios de órgãos federais, estaduais e municipais, placas de sinalização de trânsito, enfim, todo o tipo de local estejam poluídos por esta prática de mal gosto e até criminoso que é a tal da pichação. Alguns dirão, isto é arte! Nós, pessoas de bem, acreditamos que

seja crime atacar vorazmente com tubos de tintas propriedades públicas e privadas em nome da liberdade de expressão. Sentimo-nos violentados quando vemos as cidades por onde passamos, simplesmente pichadas”. Entendemos que com este projeto de lei possamos, de maneira punitiva coibir esses abusos que tanto nos deixam envergonhados.

Pelos motivos expostos, venho pedir aos nobres colegas Deputados apoio a esta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 145/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica corrigida a denominação para Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, da instituição beneficiada no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte que destinou a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) à UNIOESTE.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias na Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de corrigir, unicamente, a denominação da instituição beneficiada com dotação orçamentária pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, que saiu com a denominação trocada de UNICENTRO para UNIOESTE, quando o objetivo do autor era destinar recursos para a implantação do *campus* universitário de Laranjeiras do Sul, que pertence à Universidade Estadual do Centro-Oeste, através da Emenda à Despesa aprovada e protocolada sob nº 0393.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 146/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as alíquotas do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nas operações internas com produtos dietéticos produzidos no Paraná.

Art. 2º Para cumprimento do disposto na presente lei, o Poder Executivo realizará a estimativa do impacto

orçamentário-financeiro da redução da arrecadação, firmando o convênio para a redução da alíquota.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os produtos dietéticos são recomendados pelos médicos como auxiliares nos tratamentos de obesidade e diabetes. Ocorre que o custo destes produtos torna-os praticamente inacessíveis à grande maioria dos pacientes.

A redução da alíquota seria compensada com o aumento no consumo, o que implicaria no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, a melhoria das condições de vida dos obesos e diabéticos se refletiria em menos gastos no setor de saúde.

PROJETO DE LEI Nº 147/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná, deverão designar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas unidades para as mulheres chefes de família, que preencham os demais requisitos estabelecidos para a concessão pelos órgãos competentes.

§ 1º Para os efeitos desta lei são consideradas chefes de família as mulheres que sozinhas sejam responsáveis pela guarda, sustento e educação de crianças e adolescentes de até 14 (quatorze) anos de idade.

§ 2º A comprovação da condição estabelecida no *caput* deste artigo far-se-á mediante parecer de assistente social credenciado para este fim pela Secretaria de Ação Social do Estado do Paraná.

Art. 2º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Diversas pesquisas sociais vêm apontando o crescimento das famílias dirigidas por mulheres. Sabe-se que uma das grandes preocupações dessas mulheres é assegurar a moradia de sua família, escapando dos altos custos do aluguel.

Ocorre, porém, que muitas vezes para efeito de inscrição, as famílias dirigidas por mulheres são preteridas, posto que algumas se encontram em situação não definida juridicamente em relação ao casamento.

Muitas das mulheres que assumem a condição de chefe de família são abandonadas pelos maridos, não sabendo sequer de seu paradeiro, não contando com ajuda judiciária ou social.

PROJETO DE LEI Nº 148/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand-APAE, com sede e foro no mencionado Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand-APAE, CNPJ nº 76335124/0001-90, é uma entidade de relevantes serviços, que objetiva desenvolver no jovem deficiente, conceitos de educação, saúde, ecologia e direitos humanos, além de realizar palestras com pais e/ou responsáveis ampliando o nível de conhecimento familiar, objetivando gerar um ambiente propício para desenvolver os jovens deficientes, para que possam seguir suas vidas, de maneira mais normal possível.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar dos jovens.

Mediante o supra citado, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 149/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 5.258, de 13 de janeiro de 1966, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Madre Carmela de Jesus, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura objetiva receber o apoio dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis, pois é uma associação de fins não econômicos, filantrópico, de caráter

beneficente, assistencial, educacional, cultural e, com inscrição no CNPJ sob nº 76.685.007/0001-56, e está organizada de conformidade com a legislação vigente, pretendendo, com o presente, apenas informar a **mudança de denominação**, sendo anteriormente denominada Educandário Madre Carmela de Jesus; **permanecendo o mesmo CNPJ** e demais documentos, atualizados segundo as exigências da Lei nº 10.406/2002.

PROJETO DE LEI Nº 150/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de deficiência, a dispensa de parte do trabalho, sem prejuízo de remuneração, respeitando 20 horas semanais, no mínimo.

Parágrafo Único - Compreende-se como pessoa portadora de deficiência aquela que, de qualquer idade, sofre debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia médica realizada pelo órgão estadual competente.

Art. 2º Fica a cargo do Paraná Previdência elaborar avaliação e plano de tratamento, especificando a carga horária necessária e fiscalizando o efetivo tratamento.

Art. 3º As disposições desta lei aplicam-se ao servidor público:

I - viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, pessoa portadora de deficiência;

II - que tenha esposa ou companheira portadora de deficiência.

Art. 4º A dispensa prevista em lei aplica-se aos servidores e funcionários da administração direta e indireta e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 5º A dispensa de parte da jornada de que trata esta lei perdurará enquanto, comprovadamente, necessário o tratamento clínico ou terapêutico da pessoa portadora de deficiência, sendo esta submetida anualmente a avaliação pelo órgão estadual competente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Prevê a Constituição Federal, no inciso XIV do artigo 24, competir à União, Estados e Municípios, legis-

lar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Por seu turno, a Lei Federal nº 7853/89, estabelece em seu artigo 2º que “ao Poder Público e a seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem-estar pessoal.

Daí decorre, desde já, a necessidade de regulamentação especial quanto aos servidores públicos estaduais que estejam nas condições previstas no projeto de lei ora apresentado. Não se trata de concessão de dispensa pura e simples, mas de um horário de trabalho que permite acompanhar o tratamento da pessoa portadora de deficiência.

A Constituição Estadual, em seu artigo 216, estabelece ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O vizinho Estado de Santa Catarina, foi sensível à questão em tela, eis que já conta com a Lei nº 6634, de 30/09/85, na qual concede licença de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

O Município de Curitiba fez igualmente através da Lei nº 7303, de 13/03/89, por assegurar esse direito aos servidores públicos municipais.

O Estado do Paraná, assim, passará a uma postura moderna e de respeito ao indivíduo portador de deficiência e, como empregador, será exemplo à iniciativa privada.

Diante do exposto, apresenta-se o presente projeto, que é de evidente alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 151/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Torcedor Cidadão.

Art. 2º Este programa objetiva:

I - apoiar o Campeonato Paranaense de Futebol Profissional da Primeira Divisão;

II - aumentar o público nos estádios;

III - estimular a geração de empregos diretos e indiretos nas áreas de transporte, bares, restaurantes, hotéis e atividades conexas ou inter-relacionadas;

IV - estimular a emissão e exigência de notas ou cupons fiscais no Estado do Paraná;

V - estimular os cidadãos à fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações tributárias pelo comércio varejista, com o estímulo do hábito de pedir a nota ou cupom fiscal no momento da compra.

Art. 3º O Governo do Estado, por meio de suas Secretarias, em conjunto com os clubes, dará troca de notas e cupons fiscais por ingressos para o Campeonato Paranaense de Futebol Profissional da primeira divisão nos seguintes termos:

Parágrafo Único. Para fazer jus ao recebimento do ingresso, deverá o adquirente apresentar e fornecer ao local autorizado, notas ou cupons fiscais válidos, emitidos a pessoas físicas, no valor equivalente a pelo menos R\$100,00 (cem reais), por contribuintes regularmente estabelecidos no Estado do Paraná.

Art. 4º Para o total cumprimento da presente lei, são requisitos das notas ou cupons fiscais:

I - origem de estabelecimentos comerciais sediados no Estado do Paraná;

II - conformidade material e formal com a legislação tributária;

III - ser de valor igual ou superior a R\$100,00 (cem reais), sendo admitida a reunião de mais de uma para atingir o referido montante;

IV - os de valor superior a R\$100,00 (cem reais), só darão direito a um ingresso.

Art. 5º Ao Poder Executivo caberá regulamentar o presente diploma legal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, não deixando de dispor sobre:

I - a porcentagem de ingressos destinados ao programa em cada estádio, não podendo essa quota ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade máxima de público dos mesmos;

II - o valor a ser pago pelo Governo ao clube, para cada ingresso;

III - o local onde o contribuinte poderá efetuar a troca das notas e cupons fiscais pelos ingressos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo estimular a população a solicitar a nota ou o cupom fiscal em suas compras e trocá-las, por ingressos das partidas do campeonato estadual de futebol profissional.

O Programa tem como objetivo a elevação das receitas do ICMS, através da conscientização da população para importância do ato de exigir o documento fiscal nas compras.

Este projeto visa fazer a população compreender que quando compra qualquer produto está pagando o

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Por isso é fundamental exigir que a nota ou cupom fiscal seja emitido para garantir que o imposto pago pelo consumidor vá para o Estado para a realização, em favor da comunidade, de obras e serviços que só podem ser assumidos pelo poder público, como saúde, segurança e educação públicas, estradas, saneamento básico, dentre tantas outras.

A não emissão de nota fiscal é a principal forma de evasão do ICMS no comércio varejista. Por esse motivo o Estado precisa contar com a participação ativa da população para aumentar a receita do imposto.

Além disso, o presente projeto proporcionará lazer para a população. É o torcedor-cidadão que pede o documento fiscal e assiste aos jogos de graça!

Exemplos, são inúmeros. Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e outros Estados da Federação já adotaram programas semelhantes. A resposta da população é imediata. Ganha o Estado, que passa a arrecadar o que era sonegado, podendo investir a verba derivada da implantação do programa nas mais diversas áreas. Ganham os clubes, que passam a ter mais uma fonte de renda e a ter seus estádios cheios. E, principalmente, ganha o cidadão que além de contribuir para o desenvolvimento do Estado, passa a acompanhar os jogos do seu time de coração de maneira gratuita.

A média de público pagante do Campeonato Paranaense até o início das quartas de final deste ano, é inferior a 2000 pessoas. Gera prejuízo aos clubes. Se observarmos o campeonato carioca, que adota um programa semelhante a este, percebemos o sensível aumento de público às partidas daquele campeonato. O jogo entre Flamengo e Fluminense, por exemplo, que garantia vaga à final do torneio, teve seus ingressos promocionais esgotados com grande antecedência e mais de 70.000 pessoas presenciaram o espetáculo no Maracanã. A grande presença de público foi a constante do campeonato carioca deste ano.

Os campeonatos estaduais a cada ano vêm tornando-se mais deficitários, atraindo menos o público, tanto pelo nível técnico quanto pelo preço das entradas, que não são condizentes com a renda do cidadão. A aprovação do presente projeto será de fundamental importância para a “ressurreição” do Campeonato Estadual, além de estimular a arrecadação no Paraná.

Com base no exposto, este Deputado propõe o presente.

Mensagem do Presidente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero conclamar aos Srs. Parlamentares, para fazermos um minuto de silêncio, em homenagem ao falecimento do Santo Papa João Paulo II.

Solicito a todos que fiquem em pé.

(Um minuto de silêncio, ao Papa João Paulo II)

Iniciando os trabalhos, antes do Pequeno Expediente, quero em nome da Mesa Executiva fazer uma breve mensagem, sobre o falecimento do Papa João Paulo II.

(Lê):

Queremos nos associar à dor e ao pesar de todos os que lamentam o desaparecimento do Papa João Paulo Segundo.

Homem de fé absoluta, que procurava conservar os princípios da religião católica, o Papa agiu para além das fronteiras de sua própria missão como líder da Igreja.

Moderno, promoveu a reconciliação entre a fé católica e todas as demais, cristãs ou não. Pediu perdão pelos erros históricos. Promoveu a mensagem cristã no que ela tem de mais essencial. Foi um peregrino a percorrer o mundo levando alimento espiritual a quem dele necessita.

No plano secular, do mundo que nos cerca, João Paulo Segundo teve papel fundamental na queda do comunismo, o que não o impediu de ser também um crítico permanente do que chamava de capitalismo 'sem freios', que se exprime no consumismo vazio.

Esse sistema, para ele, não representava um verdadeiro avanço em relação ao comunismo. Falta a ambos os sistemas, no modo em que o Papa se expressava, a generosidade da visão cristã sobre a missão humana sobre a Terra.

E é justamente na questão dos direitos humanos que se ergueu o homem do povo para o defender ao longo de mais de um quarto de século. Toda violência é, aos olhos de Deus, uma falência, disse o Papa aos povos em suas jornadas pelo mundo. João Paulo Segundo entendia os direitos de ser humano muito além da sua dimensão individual.

Pretendia, o Papa, que as sociedades fizessem da justiça social uma ferramenta valorosa a favor da família. Pretendia ele que o mundo cultivasse a cultura da vida.

E se muito mais poderíamos afirmar aqui, sobre a referência moral que foi a vida de João Paulo Segundo, o Grande, cabe a nós lembrar da humildade como traço fundamental de sua existência modelar. O século 21 vê desaparecer o último gigante do século 20.

Fica a luz da sua fé inabalável."

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Na última sexta-feira o Secretário de Saúde, Cláudio Murilo Xavier, esteve em Londrina e anunciou a assinatura de convênios importantíssimos para a área de saúde na nossa cidade. O repasse de cem mil reais mensais é um socorro emergencial esperado há tanto tempo pela Santa Casa de Misericórdia de Londrina, Hospital Universitário e Hospital Evangélico. São hospitais de alta complexidade e que atingem um raio de mais de duzentos quilômetros em torno da cidade de Londrina; são quase um milhão de moradores que dependem do atendimento desses hospitais.

E ainda, nós recebemos a notícia que mais três milhões e meio de reais deverão ser destinados para ampliação da capacidade de leitos dos hospitais da Zona Norte e hospital da Zona Sul. Esses cem leitos, cada um dos hospitais, também propiciarão o desfogamento dos hospitais de alta complexidade. Ao todo serão dez milhões de reais que ainda, é claro, precisam ser assinados pelos convênios que serão assumidos pelo Governo do Estado; o Governador Roberto Requião deverá fazê-lo em breve, na cidade de Londrina, atingindo dez milhões de reais em termos de recursos em equipamentos, em ampliação e, principalmente, na contratação de funcionários para esses hospitais.

É sem dúvida nenhuma, uma notícia alvissareira e nós aguardamos, também, a ampliação do pronto-socorro do Hospital Universitário e a construção da ala de queimados (já há, por parte do Governo do Estado, esse compromisso, faltando agora o aporte de recursos por parte do Governo Federal), além dos dois centros de alta complexidade para atender no HU as cirurgias cardiovasculares, traumatologia-ortopedia e também em outros setores.

Eu subo, portanto, à tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para demonstrar que não há nenhum tipo de ideologia por trás dos nossos discursos quando cobramos do Governo aquilo a que realmente ele se propôs e que é da responsabilidade dele, ou seja, zelar pela cidade de Londrina e região. Isso é coerência, nós não fazemos nesta Casa a Oposição sistemática, nós aqui não temos compromisso com nenhum Governo, mas, sim, com uma região e com um mandato para defender o povo do Paraná. Portanto, nós estamos nos regozijando com essa notícia que é altamente positiva. É claro que ainda falta muito mais, mas nós, ao contrário de alguns, não apostamos na tese de o quanto pior melhor. Não!

Nós queremos o melhor para todos os paranaenses e esperamos agora que sejam destinados também a Londrina, já que eu sou autor de emendas nesse sentido, no valor de duzentos mil reais, emendas aprovadas já pela Comissão de Orçamento, para a manutenção do Hospital Universitário; duzentos mil reais de despesas de capital para o Evangélico; e mais duzentos mil reais também em despesas de capital para a Santa Casa de Londrina.

Não é só isso, aliás, que o nosso povo do Norte do Paraná necessita. É muito mais, é claro, precisamos dos duzentos mil reais para a Santa Casa de Misericórdia de

Cambé; duzentos mil reais para o Hospital Cristo Rei, na Cidade de Ibiporã, que também são emendas da nossa autoria. Mas, já é, eu repito, uma sinalização positiva. Falta muito, mas nós elogiamos o Governador, na pessoa aqui do Secretário Cláudio Murilo Xavier, da área da saúde. Estamos atentos, estamos vigilantes e estaremos cobrando porque é essa a nossa função nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para anunciar a presença entre nós da Prefeita de Jacarezinho, que já esteve na Casa, Tina T., juntamente com a sua Secretária de Educação.

Seja muito bem-vinda. A Assembléia está alegre em vê-la e sempre estará à disposição de Jacarezinho, e bem representado também pelo nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas a ilustre visitante, Prefeita de Jacarezinho e à sua Secretária de Educação.

Deputado Elio Rusch, a seguir, também usará o Horário de Liderança do PFL. O senhor tem quinze minutos.

Deputado Elio Rusch (PFL)

Uso do Horário da Liderança do PFL

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente e o Horário da Liderança do PFL para discorrer sobre um fato que aconteceu na última sexta-feira, no Oeste do Paraná, mais precisamente na Cidade de Cascavel. No sábado, eu recebi o jornal de Cascavel, jornal O Paraná, e trouxe a principal notícia: “terminal é interditado pelo IAP”. Diz o jornal, Srs. Deputados, que o Governo do Estado do Paraná, através do IAP, intermediou a FERROESTE. Quer dizer que não sai trem, que não encosta trem, não entra caminhão e não sai caminhão. Quando eu vi o jornal olhei a data, dia 02 de abril. Achei que era mentira, porque o dia 1º de abril é conhecido como a data da mentira. Eu não me contive e disse: não posso acreditar num absurdo desses, que o Governo do Paraná venha interditar a ferrovia no auge do transporte da produção agrícola do Estado do Paraná.

Eu liguei para a FERROPAR, falei com o seu Presidente, falei com os Diretores da FERROESTE, perguntei se era verdade - eles falaram sim, e daí eu vi que a fotografia realmente é verdadeira. Estampado nos jornais, lacram a ferrovia!

O que quer dizer isto, Srs. Deputados? O Oeste do Paraná é uma das regiões de maior produção agrícola do Brasil, não do Paraná, do Brasil, Deputado Kielse. E como é que é transportada essa produção? É através da

ferrovia ou rodovia! E o que é que existe na rodovia? Na rodovia existe o pedágio! E o que é que o Governador do Paraná disse em 2002 e continua dizendo hoje, Srs. Deputados. O pedágio é um roubo, o pedágio inviabiliza o agronegócio e inviabiliza a agricultura!

E aí eu faço uma pergunta aqui na Assembléia Legislativa e eu gostaria de obter a resposta do Líder do Governo ou do próprio Governo - ora, se o pedágio - inviabiliza a agricultura - que é a coisa mais cara que existe de transporte é o rodoviário, Deputado Valdir Rossoni, como é que você vai fechar uma ferrovia, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi Secretário dos Transportes?

Na pior das hipóteses, Srs. Deputados, o transporte na ferrovia, na FERROESTE, custa 30% mais barato que o transporte rodoviário. Existem contratos que o transporte chega até a 50% mais barato e vem o Governador fechar a ferrovia!

E, por onde tem que passar a escoação da produção? Aonde passa a produção? É rodoviário! E o que é que existe na rodovia 277? O pedágio!

Aonde é que está a inteligência? Ajudem-me, por favor, entender isto. Aonde é que está a coerência do Governador do Paraná, se ele condena o pedágio, mas fecha a ferrovia impedindo a produção? E os contratos que existem das cooperativas, dos exportadores para levar a produção ao porto de Paranaguá, de exportar para outros países, onde é que nós estamos? Aí eu pergunto, o que é que nós precisamos fazer aqui na Assembléia? O que é que o Paraná precisa fazer, Deputado Tadeu Veneri, para que nós voltemos a desenvolver o nosso Estado?

Ora, as empresas fazem a sua parte, os agricultores produzem, empresas que têm contratos internacionais para suprir exatamente a necessidade de levar o nosso produto para a Europa, para a Ásia, para os Estados Unidos, seja para onde for. Agora, uma atitude do Governo do Estado do Paraná e para que não fique dúvida nenhuma, eu vou ler um trecho que está escrito na reportagem do jornal.

Vocês sabem, Deputados, o que é que impediu, o que é que fez com que o Governo do Estado, Deputado Luiz Carlos Martins, determinasse o fechamento da ferrovia? Prestem atenção:

Dentre os problemas apontados pelos IAP, a falta de projetos para escoação de águas pluviais, a reposição de cinco mil árvores em torno do terminal ferroviário e o plantio de alguns metros quadrados de grama. O plantio de cinco mil árvores, falta de um projeto de implantação das galerias de águas pluviais e a falta de plantio de uns metros quadrados de grama, fechou a ferrovia do Oeste, e é por tempo indeterminado, Srs. Deputados!

Sr. Presidente, Augustinho Zucchi, que está presidindo esta Sessão de hoje, onde é que nós chegamos? E o que diz mais a reportagem? “Sem os ajustes o órgão ambiental ainda não concedeu a liminar de instalação do funcionamento da FERROPAR”. É lógico, se você não plantou as árvores, se você não plantou a grama, se você não instalou o tubo para as galerias pluviais não pode ser

dado o licenciamento ambiental definitivo! Falta isso, mas será que não existe diálogo do Governo do Estado com as empresas do nosso Estado? Onde é que nós paramos e onde é que nós estamos?

Srs. Deputados, vejam o que diz a reportagem: “O IAP se baseou nisso para interditar a estrada de ferro por tempo indeterminado.” A medida, segundo Marlise, que é a Chefe do Núcleo, disse: “A estrada de ferro só volta a operar depois que a concessionária resolver as suas pendências ambientais com o órgão.” Marlise disse que a determinação partiu do Governador Roberto Requião: “Não é uma determinação do IAP; é do Governador do Estado.” Deputado Dobrandino da Silva, que é Líder do Governo e é do Oeste do Paraná, da nossa região, nós não podemos conceber que isso venha a acontecer exatamente com as nossas cooperativas, com as nossas empresas do Oeste do Paraná!

Eu vejo aqui, acabam de chegar lideranças de Céu Azul que estão presenciando hoje a nossa Sessão, não é concebível que tenhamos chegado a este ponto! De um lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador diz que apóia a agricultura. Como é que ele apóia, se ele impede o plantio de soja transgênico, se fecha o Porto de Paranaguá, indo contra a legislação federal? E por outro lado, fecha a FERROESTE, Deputado Rafael Greca, a FERROESTE do Paraná! Não é possível que nós fiquemos calados diante de uma situação dessas! Esse é o nosso trabalho, chegar aqui na Assembléia Legislativa e discutir os grandes problemas do nosso Estado. O setor econômico, o setor da produção não podem ser penalizados por radicalismo do Governo do Estado!

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, nobre Deputado Elio Rusch, é louvável a sua preocupação; o escoamento da soja, é claro, é uma preocupação que nós concordamos plenamente. Agora, queria dizer o seguinte: - esse contrato entre a FERROESTE e o Estado, essa autorização de privatização que não é de agora, claro, é pública e notória a desobediência da FERROPAR ao Governo, inclusive não tem nem licença ambiental!

É preciso também que eles, embora façam um trabalho importante que é o escoamento da nossa safra - mas são pagos - eles recebem por isso - mas têm que também obedecer a legislação! Eu lembro-me que veio a Chefe do IAP de Cascavel, a ex-Vereadora Marisa Cruz, ele conversou, o Governador estava viajando e eu disse: - “Deixe o Governador chegar primeiro, não façam isso sozinhos.” O IAP chamou este pessoal para discussão, inúmeras vezes e, é bom que se diga, foi preciso interditar essa ferrovia para que agora eles comecem a discutir aquilo que é da responsabilidade deles!

Agradeço o aparte e devo dizer, o Governo - na verdade não é por ter oposição contrária à produção de

transgênicos no Paraná, acha que o Porto de Paranaguá tem que exportar apenas soja pura. Que o Governo seja contra a agricultura no Paraná, isso não procede! Pode ter até errado em algumas coisas, mas aquele que governa o Estado o faz com muita responsabilidade!

Agradeço o aparte.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço ao Deputado Dobrandino como Líder do Governo e dizer que veio exatamente trazer a contribuição no nosso pronunciamento na Sessão de hoje.

Mas, Deputado Dobrandino, sexta-feira foi fechada a FERROESTE! No sábado, meio-dia, a informação que tive é que mais de 100 carretas estavam estacionadas naquele posto de gasolina em frente à FERROESTE. Ora!

Não é possível não é admissível que isso venha acontecer nesse momento, Deputado Dobrandino, se falta a FERROPAR cumprir algumas cláusulas contratuais, não é motivo de fechar a FERROESTE, impedir que trens saiam com cargas da Região Oeste e tragam ao Porto de Paranaguá, pelo motivo de a empresa não ter plantado cinco mil árvores, Deputado Greca, não ter instalado tubos para galerias pluviais, não ter plantado alguns metros de grama! Ora, Deputado Anibelli, isso não afeta o nosso meio ambiente! Seria motivo de fechar, se a FERROPAR tivesse feito uma derrubada de mata, tivesse devastado a floresta da região. Aí sim, era motivo! mas pelo fato de não ter cumprido ainda, se tem falhas na administração da FERROPAR, resolve-se administrativamente. Não se fecha a FERROESTE. E as cooperativas da nossa Região? E os cerealistas da nossa região, que têm contratos a serem cumpridos, como é que eles vão fazer agora?

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Não tem sentido pela necessidade do transporte que existe a partir da FERROESTE, o Governo do Estado endossar os sucessivos crimes ambientais e os desmandos da atual administração da ferrovia. Os tombamentos de vagões têm-se repetido no Paraná. O desrespeito com o meio ambiente tem se multiplicado no Paraná! O Governador não faz isso como um ato de força; faz isso como um ato de autoridade. Ele exercia a autoridade no sentido de fazer cumprir a lei, de obrigar as concessionárias de serviço público a exercerem a sua função de concessionária com respeito ao meio ambiente e com respeito ao Governo do Paraná.

O Paraná tem Governo, Deputado Elio Rusch. Uma das ações e uma das obrigações constitucionais do Governo é em favor do meio ambiente, é em favor da proteção ambiental. Acho que as cooperativas devem pressionar a FERROESTE no sentido de que aqueles concessionários do serviço público cumpram com as suas obrigações ambientais para poderem, daí, fazer funcionar o sistema de transporte satisfatoriamente.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Rafael Greca, não vamos confundir ato de autoridade, com ato de autoritarismo, embora o Governador não tenha sido autoritário no fechamento da FERROESTE.

Mas, tem que existir o bom senso, Deputado Greca, me admira muito V. Exa. que foi Chefe de Gabinete de Governo, Chefe da Casa Civil, Ministro de Estado, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro querer defender o Governo diante de um ato brutal! Não está afetando o meio ambiente não, Deputado Rafael Greca! A empresa só não plantou cinco mil mudas de árvores! Fala com a empresa, com a FERROPAR, mas não feche o desenvolvimento, não impeça o transporte.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Por que não planta?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não impeça o transporte, pelo amor de Deus. Deputado Greca, as empresas vão plantar, com toda certeza!

Quem é que se nega de plantar cinco mil mudas de arvores? Quem se nega de plantar uns metros de grama? Quem se nega fazer umas galerias? Não existe mais diálogo nesse Governo? Pelo amor de Deus, deixa o agricultor produzir, Deputado Rafael Greca! E deixa nós produzirmos e transportarmos a nossa produção! Será que esse é o Governo que quer o desenvolvimento do nosso Estado? É desta forma?

Deputado Rafael Greca, o Governo tem que ser sensível. Ele não pode trazer prejuízo para os caminhoneiros e muito menos para as cooperativas, para o setor agrícola do nosso Estado! Onde é que nós estamos, Deputado Rafael Greca? Eu acho que todos nós, independente de Partido, PMDB, PT, PFL, PSDB, todos os Partidos, seja Governo, seja Oposição, não é possível, não é admissível interditar uma ferrovia aonde o transporte é mais barato, Deputado Rafael Greca! Eu não posso conceber isso!

Infelizmente o meu tempo terminou, mas eu não posso admitir! Espero, sim, que toda a força viva da sociedade do Paraná se mobilize e faça o Governador entender da necessidade de que a produção tem que ser transportada, senão vão dizer: "Não planto mais." Já não é para plantar transgênicos, já fecha o Porto, os investimentos saem e agora, fecha a ferrovia? É o Paraná do fim?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Hermes Fonseca.

Deputado Hermes Fonseca (PT)

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para registrar a minha indignação com a ECONORTE, com uma das concessionárias desse malfadado pedágio do Estado do Paraná.

Por inúmeras vezes, nós que somos da região Norte do Paraná, que pagamos o segundo pedágio mais caro, a segunda praça mais cara de pedágio é a praça de Jataizinho, o Deputado Barbosa que é de Londrina sabe disso, Deputado André, Deputada Elza, nós que trafegamos naquela estrada semanalmente e temos cobrado, insistido, através de indicações nesta Casa, através de requerimentos diretos, através de audiências com a concessionária, com a Secretaria dos Transportes para que a concessionária faça o alargamento das pontes que existem no trecho entre Cornélio Procópio e Santa Mariana, entre Londrina e Santa Mariana, pontes de dez metros de vão, de quinze metros, pequenas pontes, temos pedido que ela corrija os acessos ao Uraí, a Santa Mariana, a Cornélio, a Jataizinho e por esse tempo, cerca de três anos, ela sempre se negou e nunca se manifestou oficialmente para esta Casa ou para o nosso gabinete.

Está construindo hoje uma obra grandiosa em Jataizinho, uma trincheira que nem daqui a cem anos vai ter movimento que justifique aquela obra na BR-369. Talvez o que justifique a obra é exatamente os compromissos das concessionárias do Paraná, que querem realizar obras grandiosas, para colocar o preço delas na tarifa de pedágio no próximo reajuste. Esse absurdo tem acontecido no Paraná!

Aí tem razão o Governo do Estado do Paraná, nessa luta contra o pedágio, porque é inadmissível para o povo do Paraná, para o povo do Norte do Paraná, para o povo de todas as regiões pagar essas tarifas que estamos pagando nas praças de pedágio.

Entre Londrina e Santa Mariana são oitenta quilômetros; entre Cornélio e Santa Mariana são 65 quilômetros; entre Uraí e Santa Mariana são quarenta quilômetros; são essas as distâncias e se paga exatamente R\$ 7,80 de pedágio para ir, e R\$ 7,80 para voltar. Uma rodovia de pista simples. E quando se pede para eliminar os pontos negros do tráfego, que são essas pontes que afunilam a rodovia, são os trevos de acesso às cidades citadas que são chamamento a acidentes e a morte...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto V. Exa. se vai fazer uso do Horário da Liderança do seu Partido, PT, ou vai concluir?

Uso do Horário da Liderança do PT

O SR. HERMES FONSECA

Vou fazer uso do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Portanto, a concessionária ignora aquilo que é a vontade da população, aquilo que é a necessidade daqueles usuários do dia-a-dia, daqueles que trafegam na rodovia. De repente, vêem como uma obra grandiosa, que precisa ser fotografada, para que esta Casa, para quem não conhece, possa avaliar o disparate, o descomprometimento das concessionárias do Paraná, com a questão do pedágio, com a questão das rodovias, com a questão da segurança da população do Estado do Paraná.

Portanto, tem razão, sim, o Governador, quando enfrenta essa luta, enfrenta na Justiça, quando enfrenta em todos os palanques. Por quê? Porque na verdade esse pedágio é um roubo, continua e vai continuar sendo roubo se a Justiça do Paraná não for sensível até para julgar de forma célere essas questões que estão sendo debatidas no Plenário, que estão sendo debatidas na Justiça, por quê? Por ações administrativas.

Por vontade desta Assembléia esse pedágio não estaria sendo executado na forma como está até hoje. Esse pedágio, já teriam sido revistos os seus contratos, as tarifas já tinham sido revistas, porque o que o Paraná precisa não é de obra grandiosa como essa que está prevista e que faz parte da planilha de custo!

É por isso que cada vez que se ameaça com o aumento de tarifa vem a preocupação de todos os paranaenses, com um preço de uma tarifa insuportável, tanto para o usuário comum, mas principalmente para a produção, principalmente para as transportadoras, principalmente para o consumidor final, porque nos custos das empresas de transporte coletivo, nos custos das transportadoras está lá, a tarifa de pedágio com o componente do preço. Quem paga o preço é a população e, a população do Paraná está sendo massacrada por uma tarifa que não foi discutida com a população. Segundo os técnicos que querem que o pedágio atenda àquilo que é necessário, que mantenha as estradas conservadas e sinalizadas, que dê segurança à população, que não precisa de obras grandiosas. Isso precisa, realmente, ser revisto. É por isso que poderíamos implantar, realmente, um pedágio de conservação, que seria suficiente para manter as nossas estradas em perfeitas condições de tráfego! Portanto, com uma tarifa que a população possa suportar.

Concedo aparte ao Deputado Padre Paulo.

O Sr. Padre Paulo Campos (PT)

Apenas para ser solidário e somar-me à sua fala, sou testemunha e várias vezes tenho passado lá. Realmente, é uma obra que se assemelha às obras da grande São Paulo, aos viadutos famosos do Malluf, um preço que simplesmente é um acinte para o Estado do Paraná, para aqueles que por lá passaram.

Por outro lado, gostaria de aproveitar para falar da concessionária que passa pela minha cidade, Sarandi, Maringá, uma cidade hoje com quase cem mil habitantes, onde temos apenas uma entrada e saída - notem bem, prezados colegas: apenas uma entrada e saída - quando

sofremos algum acidente lá no Município não temos nem como sair com o doente. No entanto, sou testemunha que muitas vezes fui falar com a concessionária de pedágio, a VIAPAR, para fazer apenas a antecipação da agenda, que já estava lá em Sarandi, apenas a antecipação da agenda e infelizmente não nos foi concedida tal solicitação.

Então, realmente é uma vergonha para o Paraná termos as concessionárias de pedágio como nós as temos. Muito obrigado.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Portanto, é para se indignar! Nós, que somos representantes do povo do Paraná aqui neste Parlamento, a população que tem que se indignar, no dia-a-dia. Esta obra só se justifica para que a concessionária possa dar um presente às suas apadrinhadas, do conluio de empreiteiras que fazem as obras. E muitas vezes as empreiteiras que fazem as obras para as concessionárias, são das próprias concessionárias. Portanto, estas obras faraônicas são exatamente para favorecer seus apadrinhados e apadrinhadas. É para justificar, depois, lá na frente, a tarifa de pedágio. Isto não cabe mais no Paraná. É preciso dar um basta!

Portanto, nós que temos a representação popular, nós que representamos a vontade do povo do Paraná aqui no Poder Legislativo, temos que ajudar neste combate, nesta luta contra esta vergonha que é o pedágio do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Para uma Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Gostaria de registrar a presença nesta Casa de Leis, do Vereador Amarildo José da Silva, que é Vereador da Cidade de Rancho Alegre. Estão aqui também outros seis Vereadores: Roberto de Oliveira, que é o Presidente; Andréia Leite Cunha, Márcia, Teresinha Ferreira de Lima, Reinaldo. São estes os Vereadores da Cidade de Francisco Alves que estão presentes nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado pela presença. Devidamente registrado.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna na data de hoje até para justificar ao povo do Paraná, aos demais Pares desta Casa, que nós que muitas vezes aqui subimos pedindo providências,

tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal, para a crise que assolava em nossa cidade de Foz do Iguaçu.

Sentimos hoje a alegria não de comunicar que a cidade resolveu todos os seus problemas, mas o de comunicar que a solução começa a aparecer na esquina daqueles que acreditam nela.

E dizer que uma nova era foi inaugurada para Foz do Iguaçu na última semana, derrotando aqueles que pregam a tese de “o quanto pior, melhor”.

Nessa fase nova, todos os que estiverem a favor de Foz são bem-vindos. E aqueles que estiverem contra Foz, com certeza, o povo ficará contra eles.

Com o aumento da cota para trezentos dólares, a auto-estima do povo de Foz do Iguaçu e da Cidade de Leste, que sentia-se discriminado pelo Governo brasileiro começa a mudar. Mas só essa medida não vai resolver os problemas da fronteira.

Por isso, na data de hoje apresentamos um requerimento pedindo o envio de expediente ao Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, para que o Governo Federal acene novamente e estenda a mão ao Prefeito Municipal Paulo McDonald. E agora também com o Vice-Prefeito estando em Brasília, quando assumi uma cadeira na Câmara Federal, que nos ajude a construir a solução definitiva para uma cidade social e economicamente sustentável na fronteira do Brasil com o Paraguai, que é o nosso cartão postal, a nossa Foz do Iguaçu.

Vamos apresentar, juntamente com o Deputado Federal Dilton Vitoraz, ao Ministro do Planejamento, o nosso projeto de ocupação e renda, para que essa lei, que está embutida na LDO do Estado há mais de três anos, possa se transformar na prática, numa alternativa para Foz do Iguaçu, porque essa cota de trezentos dólares não vai resolver os problemas dessas famílias. Mas esse projeto de ocupação e renda se fomentado pelo Governo Federal - tendo em vista que na lei está previsto o fomento por parte do Governo Estadual - até hoje não veio o fomento.

É muito mais barato e mais rápido para o Governo gerar emprego através da parceria, do empresário com o trabalhador trabalhando em sua própria casa, mas para isso precisamos de dinheiro para treinamento, para qualificação, e acima de tudo, para fomentar as atividades.

Não só com empresas que irão se instalar em nossa cidade, onde o Prefeito Municipal, numa atitude inédita, em apenas três meses desapropriou mais de cinquenta alqueires de terra para implantação da área industrial de Foz do Iguaçu. Até que essas empresas se efetivem em Foz do Iguaçu, esses trabalhadores, através da ocupação e renda, poderão celebrar parceria com empresas de Cianoorte, São Paulo, Santa Catarina e trabalharemos, prestaremos o serviço para o Brasil.

Por isso, vamos pedir ajuda ao Governo Federal, mas também vamos pedir e continuar pedindo ajuda ao Governo Estadual, para que o Secretário do Emprego,

Padre Roque, também ajude a fomentar essas atividades em Foz do Iguaçu e em toda a região.

Não é só Foz do Iguaçu que padece com essas pessoas que hoje têm, como única ocupação e única fonte de renda, o trabalho como “laranja” na Ponte Internacional da Amizade.

Queremos a dignidade dessas pessoas! Queremos que o Governo Estadual e o Governo Federal ajudem Foz do Iguaçu!

Queremos, de uma vez por todas, acabar com aquela velha política do “quanto pior, melhor”.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, gostaria de comunicar as presenças dos Vereadores de Palmas: Moacir (PMDB), Néri Leites, Asporé, Airton, enfim, todos os Vereadores de Palmas, que hoje, juntamente com o Deputado Nereu, com o Deputado Bradock, com o Deputado Anibelli, comigo, estiveram com o Sr. Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari.

Então, só para comunicar a presença de todos eles nesta Sessão Plenária.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Muito obrigado pela presença.

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho dois assuntos para trazer ao conhecimento desta Casa.

Primeiro, quanto à questão pedágio, Deputado Traiano, Deputado Scarpellini. Nós, ao assistirmos a televisão na última quarta-feira, vimos uma inserção do Governador, através do PMDB, aonde afirma que o Governador baixou o pedágio. Entramos com uma ação por promoção pessoal e por propaganda enganosa. Quando foi sexta-feira, às 16h00, o Desembargador Clotário Portugal acolheu e nos concedeu uma liminar tirando do ar as inserções do PMDB do Paraná. Esta ação se faz necessária porque já foi usada essa questão do pedágio nas eleições, já deu um lucro danado, e agora procuram, novamente, inverter a situação, tentando enganar a população através de inserções na televisão.

Para nós é importante, porque agora não é mais o pronunciamento do Deputado Rossoni, agora é o pronunciamento da Justiça que diz ao PMDB do Paraná que a propaganda enganosa e a promoção pessoal são proibidas pela Justiça Eleitoral.

Por esta razão, como Presidente do PSDB e como Líder da Oposição, tomamos as medidas cabíveis e, gra-

ças a Deus, a verdade está restituída no cenário político do Paraná.

Tenho mais uma questão que acredito, é mais uma vitória da Oposição. Nós, Deputados Rossoni, Traiano, Durval, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Plauto, Barbosa e Scarpellini, entramos com uma ação contra o convênio que o Governo firmou com a FUNPAR, que está vinculada à Universidade Federal do Paraná. Há poucos minutos, obtivemos mais uma vitória na Justiça. Estamos com a razão, novamente.

Foi-nos concedido, uma liminar e o despacho está aqui em minhas mãos, do Juiz Federal da 1ª Vara. Então, por um longo tempo, viemos alertando o Governo de ações irregulares que o Governo tem procedido. O Governo, ou não escuta ou não quer escutar. Não escutou o Procurador aqui, apesar de ter sido muito “embrulhão” no seu pronunciamento. O que ele disse aqui são questões graves que o Governador tem que levar em conta, reconsiderar e tomar providências. Como o Governador não tem tomado providências, nós, agora, Deputado da Oposição, resolvemos agir através da Justiça.

Em apenas cinco dias, duas grandes vitórias. Primeiro, tirando o PMDB do ar, quando usava o horário eleitoral indevidamente e de maneira inapropriada. Segundo, a questão da FUNPAR, dissemos aqui ao próprio Reitor da Universidade que o Governo tinha induzido a universidade, através da FUNPAR, a agir de maneira incorreta. Dissemos ao Reitor que ele teria que suspender esse convênio, sob pena de sofrer uma derrota na Justiça. Está aqui o resultado e o despacho do Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal, nos dando a liminar e dizendo ao Governo do Paraná que não é desta forma, que o Governo do Paraná vai contratar funcionários para a TV Educativa. Se desejar contratar funcionários para a TV Educativa, terá que cumprir a lei, através do concurso público.

Era isso, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini, que também fará uso do Horário do Grande Expediente.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Vamos por partes, como o “Jack, o Estripador”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós estamos neste momento usando da tribuna, como usamos há 26 anos atrás para saudar o Papa João Paulo II, que era levado ao Vaticano como o maior mandatário do Igreja Católica. Na oportunidade lamentávamos a morte de João Paulo I, que passou por 29 dias na

Santa Sé, que passou para a história como o mais curto dos mandatos que tivemos, como Chefe da Igreja Católica.

Agora estamos aqui fazendo a homenagem ao que maior mandato teve na história moderna. João Paulo II, mensageiro da paz, da fé e que a bem da verdade não conseguiu libertar ainda a Igreja dos grilhões da ignorância, que muitas vezes a Igreja Católica ainda está atrelada.

Esperamos que o seu sucessor e a própria Igreja como um todo possa vir a aceitar o modernismo, os avanços científicos e tecnológicos que não podem passar desconhecidos pela maior Igreja da terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado o falecimento do “Papa Mensageiro”, queremos fazer aqui um registro das palavras do Deputado Elio Rusch, que disse sobre a FERROESTE e que o IAP interditou-a porque não tem grama plantada nos aterros e porque falta o plantio de cinco mil árvores. E aí está aqui o jornal O Paraná, onde os representantes do Governo, agentes da política ambiental, fiscalizando a ferrovia, interditaram-na e com isso, prejudicando sensivelmente o transporte da safra do centro de produção para o embarque no Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o plantio das árvores e a falta da grama nos aterros, a multa de seis milhões de reais, entendo ser absurda e aplicada contra o infrator errado, porque se existe o crime ambiental, ele foi praticado por quem construiu a ferrovia. Vejam bem, a ferrovia que o Governador Álvaro Dias começou e que o Governador Roberto Requião contratou o Exército, o Batalhão de Infantaria de Lajes para a construção.

(Passa a usar do Horário do Grande Expediente)

Grande Expediente

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se houve o crime ambiental, o Estado é solidário com esse crime e a multa não pode recair contra a empresa que na privatização adquiriu a FERROESTE, porque quando o Estado vendeu, ele teria que ter vendido com as árvores plantadas e com a grama também plantada nos aterros e não o fez! E se não o fez, o erro e o crime ambiental são do Estado e aqui solidariamente os agentes do Estado que autorizaram a construção, o Governador Roberto Requião, também deve responder solidariamente pela multa de seis milhões de reais!

E para complementar o raciocínio da grama e das árvores que são as exigências do IAP, imaginem os senhores se com uma seca de quase seis meses, tivesse a empresa responsável pelo plantio executado o plantio da grama e das árvores; elas teriam morrido, porque a seca que prejudicou sensivelmente a safra durante esse período todo, teria matado as árvores e gramas que teriam sido plantadas lá nos aterros da FERROESTE.

Fica, então, aqui também o nosso protesto a essa multa de valor descabido e aplicada à pessoa e ao agente errado.

Mas, “caminhando pela asas da imaginação”, vamos agora falar sobre o Secretário da Segurança Pública do Paraná, Dr. Fernando Delazari, que esteve em Apucarana no final da semana e anunciou boas-novas ao povo do Paraná. Ele, em declaração prestada ao jornal Tribuna do Norte, confirmou a sua convocação para quarta-feira, às 10h00 da manhã, no plenarinho desta Casa, e que virá para responder ao que previamente ficou estabelecido na convocação feita com base no inciso 33, parágrafo 54, da Constituição do Paraná, de vir falar sobre superlotação de presídios, torturas, maus tratos e verba de dois reais por dia para manter os encarcerados no sistema das cadeias públicas do Estado do Paraná.

Então, confirmado pelo Secretário, através de suas próprias declarações, Deputado Rafael Greca, membro da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor, e o recepcionaremos aqui na quarta-feira para, de uma maneira moderna e ética, podermos fazer as perguntas, receber os esclarecimentos e é evidente, questionar o Secretário no desacordo ou no acordo daquilo que convier à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Ademir Bier, o Deputado Elton Welter, o Deputado Duílio Genari, que aqui está, o Deputado Dilceu Sperafico, o Gerente Regional do IBAMA, Doutor Marinho, e mais de trezentas pessoas se reuniram com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na Cidade de Guaíra, na sexta-feira. E eu, como Presidente da Comissão, ouvi o relato dos Deputados e dos ilhéus que, desalojados da Ilha Grande na criação do Parque Nacional de Ilha Grande, estão morando nas favelas, no entorno do Lago de Itaipu, tirados que foram de suas terras e jogados ao relento, à fome e à miséria. Aqueles ex-produtores e ex-proprietários de pequenas parcelas de terras estão há sete anos esperando as indenizações que não vêm. E nós fizemos essa reunião em Guaíra, ouvindo o clamor, o choro, ouvindo o sentimento de um povo que foi tirado do seu trabalho, da sua casa e do lugar onde produziram e jogados ao “Deus dará”!

Deputado Greca, a nossa Comissão, juntamente com os Deputados, com os ilhéus, com os advogados que lá estavam, chegou a uma conclusão de que não existe outra maneira de se resolver essa questão a não ser através de uma ação direta da Ministra Marina da Silva e do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em editar uma medida provisória estabelecendo os valores, a quebra da burocracia, enfim, uma medida provisória que possa dar sustentação jurídica e financeira para que aqueles ilhéus, que chegam a três mil, possam receber as suas indenizações.

Então, neste sentido a Comissão operacionalizou um trabalho na sexta-feira em companhia dos Deputados já citados e eu tenho certeza que agora em Brasília nós

iremos para convencer a Ministra e o Sr. Presidente da República, que tenho certeza, irão se sensibilizar para dar a esta gente pelo menos condições para continuar vivendo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas aqui presentes, eu não poderia deixar de falar do nosso trabalho ontem, domingo, na cidade de Paranaguá, onde estivemos para inspecionar a Delegacia de Polícia de Paranaguá e constatamos uma das coisas mais tristes e vergonhosas que o ser humano pode encontrar, a degradação humana.

E vamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados - palavras do libertário Ernesto “Che Guevara: “se és capaz de indignar-te diante de qualquer injustiça, estejas onde estiveres, então somos companheiros”. E quis citá-lo para alertar os companheiros e colegas Deputados sobre o que considero mais grave nesta minha peregrinação pelos presídios e pelas cadeias do Paraná. Não podemos, sob pena de julgamento da história, deixar de condenar a cadeia pública de Paranaguá, que é uma coisa da época medieval.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna um pedido de interdição imediata da Delegacia de Polícia de Paranaguá, onde estivemos ontem, domingo, pela Comissão de Direitos Humanos, para uma inspeção, e nos deparamos com o que há de mais cruel, desumano, injustificável na face da terra. Não há nenhum adjetivo, não há! Não há nenhum predicado, não há! Nada, absolutamente nada é capaz de definir aquele ambiente cruel e desumano que vimos e testemunhamos neste domingo. São 185 presos, homens e mulheres, vivendo a mais cruel e desumana das prisões. Nem mesmo o porão do lendário navio negreiro, nem mesmo a cena dos filmes que retratam os campos de concentração de Auschwitz, nem a prisão de Alcatraz são comparados às cenas que vivemos em Paranaguá. O Papillon teve tratamento cinco estrelas na Ilha do Diabo, em comparação a Paranaguá.

Só para se ter uma idéia, Sras. e Srs. Deputados, para adentrar às celas os policiais precisam usar máscaras para não correr risco absoluto de contrair tuberculose! Tuberculose! naquele hospedeiro fétido e naquele ambiente deplorável! O próprio Delegado, Dr. Valmir Sósio, afirma que o bacilo que acometeu mais de trinta detentos, ainda está espalhado por todo o ambiente. O bacilo está lá, pois é ali, Deputado Vanhoni, na sua cidade de Paranaguá, onde o Governador Roberto Requião recepciona seus amigos na Ilha das Cobras para alguns passeios de barco, que um paraplégico cumpre pena entre os quase duzentos presos, que chegou a ter 198 este mês! E ali, reparte o paraplégico a mesma privada, o mesmo corredor, a mesma cela, porque as vinte celas foram transformadas em uma única, com uma lâmina de água no chão onde dormem! Não é umidade, é lâmina de água, sim, Srs. Deputados, é lâmina de água!

Então eu pergunto e aqui vai a pergunta: - Quantas vezes o Governo Requião foi a Paranaguá, só neste mandato? Muitas! Quantos jantares já ofereceu na Ilha das

Cobras? Quantas vezes visitou o Porto onde seu irmão se vangloria de ter em caixa R\$ 198.000.000,00 que é um verdadeiro recorde, pois os Delegados, Dr. Walmir Sotio e José Tadeu também têm um recorde, ao invés de 198 milhões no caixa eles têm 198 presos onde cabem apenas vinte! Ambos iriam para o Guinness Book, tanto o caixa do Porto quanto a quantidade de presos recolhidos e encarcerados naquela cadeia pública de Paranaguá! Infelizmente, por motivos opostos, extremamente opostos, um por ter mais dinheiro e outro por não ter dinheiro e não poder fazer a cadeia e ter um recorde de 198 presos onde cabem apenas vinte!

Deputado Ratinho Júnior, nesta quarta-feira o Secretário de Segurança vem a esta Casa para audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Perguntem vocês, Sras. e Srs, Deputados, quantas vezes o Secretário Delazari foi a Paranaguá! Quantos jantares! Mas não esqueçam de perguntar quantas vezes ele foi à cadeia pública de Paranaguá! A 1ª Subdivisão da Polícia Civil do Paraná, imaginem se fosse a última!

Sr. Presidente, vamos chamar a Anistia Internacional, vamos convidar o Ministro Nilmário Miranda, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, as entidades de Direitos Humanos, vamos alertar o mundo que no Paraná foi estabelecida a pena de morte! Estão todos condenados à pena capital de modo lento e gradual, por asfixia e por doença infecto-contagiosa, da mais vil e desumana forma! Não há adjetivo, não há! Não há predicado, não há! Nenhuma definição para isso, como diria o meu velho pai, Sr. Adelino: “Padre Eterno!” Que roguem aqueles que acreditam, pelos condenados de Paranaguá!

Queremos que seja interditada, fechada, lacrada a cadeia de Paranaguá e que naquele castelo de horrores, já interditado desde 1992 e funcionando, mesmo interditada, sem placa de inauguração mas é do tempo de Dr. Moisés Lupion, seja colocada uma placa: “Pena de morte nunca mais!”

Peço licença para encerrar, conclamando os meus companheiros todos, Deputado Anibelli, para que Deus não permita que nós percamos a capacidade de nos indignar, onde quer que estejamos.

Deputado Anibelli, diante de injustiças, não permitam que o Paraná tenha em Paranaguá um campo de concentração. Não permitam que isso continue! Não permitam a pena de morte, lenta e gradual!

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Sou a favor da pena de morte. Não sei se V. Exa. é. Gostaria que V. Exa...

(Discussão em Plenário)

Sou a favor para latrocínio, para estupro, para crimes hediondos. V. Exa. pode ter até razão. Não é culpa do Governador Roberto Requião ter 180 presos ou o estado que esteja, porque em todas as cadeias ou na maioria, existe excesso.

Felizes se pudéssemos fazer escola para que os crimes não ocorressem.

Agora, Paranaguá está satisfeita com o Governador Roberto Requião pelas obras que ele tem levado lá, os milhões que estão sendo investidos em favor das exportações. Paranaguá é o maior orgulho deste Estado, porque lá se somam os 399 Municípios e exportam para o mundo, gerando a riqueza do nosso povo. E não são os presos que vão nortear!

Estou falando isso, Deputado Scarpellini, porque sei do seu sentimento cristão, da sua devoção porque foi Prefeito e foi Deputado. É um Deputado brilhante e bri-guento. É meu amigo, partilhamos dos mesmos ideais. Mas, não é por causa de 198 presos, que talvez sejam bandidos, que vamos nortear o povo pioneiro do Paraná que são os parnanguaras! E dizer que lá em Paranaguá o Governador não está fazendo a maior obra, que bom se todos os Municípios do Paraná estivessem recebendo as obras que o Governo está levando para lá para mostrar ao mundo a pujância de um Governo sério e honesto.

Se desde 1992 não melhoraram a cadeia é porque os governantes da época ficassem com medo, talvez muita melhora em cadeia talvez fosse ruim para os governantes que vinham que poderiam até...

(Discussão em Plenário)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Queria agradecer o aparte de colaboração. Não estou discutindo os atos de Governo. Estou dizendo que a cadeia pública de Paranaguá é um caos, e que o Governo havia anunciado a construção juntamente com o Dr. Aldo Pargianello de um minipresídio, de uma cadeia pública lá. E que depois cancelaram. E que isso lamentavelmente deixou a situação se agravar. E está se agravando. E uma solução precisa ser dada a essa situação, porque lá não vi só jovens, vi pessoas com idade, vi um paraplégico jogado como se fosse um animal qualquer.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Bandido tem que ir para a cadeia!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ir para a cadeia cumprir a pena e ser ressocializado e ser devolvido à sociedade.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Mas lá não é lugar de cumprir cadeia. Lá é lugar de presos, detentos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Lá estão pessoas condenadas há muito tempo! Outros jovens, crianças, praticamente crianças, estão lá nesse apinhado.

Quero só colocar uma situação para o nobre Parlamentar. Estava lá ontem em Paranaguá. A temperatura fora da Delegacia era de aproximadamente trinta e pou-

cos graus. Estava de paletó e o Delegado me disse o seguinte: “Scarpellini, é melhor você não entrar.” Mas por quê? “Para entrar você precisa ter a máscara, senão vai pegar o vírus da tuberculose!” Excelência, eu vim aqui para inspecionar. Eu quero entrar dentro da cadeia, cubículo por cubículo...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

O Delegado é um incompetente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Por quê?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Porque ele não está cumprindo a responsabilidade de chefe de divisão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, vamos fazer o seguinte?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Vamos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vamos trabalhar juntos para resolver esse problema de Paranaguá. Eu convido os Deputados, vamos formar uma Comissão desta Casa para irmos lá. Quero que o senhor veja o que eu vi! O Delegado disse o seguinte: “Você, para entrar, vai ter que tirar o paletó, porque lá dentro dá treze, quatorze, quinze graus a mais do que estamos sentindo aqui fora!”

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pensei que era porque poderiam roubar os seus pertences.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não, meu caro! Eu estou tratando de uma questão. Se o senhor for lá, o senhor, que é um católico, apesar de defender a pena de morte em alguns casos, o senhor vai chorar lá dentro.

Tenho absoluta certeza que o ilustre Deputado Anibelli, um homem cristão, na hora em que entrar e ver aquela situação que eu vi, vai ajoelhar e pedir a Deus que ajude a dar forças para resolver aquela questão!

Vi o lugar e não existe nenhum canil em Curitiba, igual ao que eu vi em Paranaguá, Deputado Anibelli. Eu conheço o Canil Público de Curitiba e ele está melhor do que a Cadeia Pública de Paranaguá!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Veja V. Exa, Deputado Scarpellini. O Governador desapropriou a Santa Casa que não estava dando tratamento condigno aos parnanguaras, ao povo do litoral. Ele está fazendo uma revolução na saúde. Claro que V. Exa. tem razão na Delegacia. Eu me disponho a ir com V. Exa. mas temos que engrandecer as coisas em favor do povo

de Paranaguá. Se o Delegado é incompetente, resta a V. Exa. e a nós, cobrarmos uma atitude, porque um Delegado não pode deixar de ser responsável, com esta barbárie que V. Exa. está relatando.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O Delegado tem os ofícios de todos os pedidos.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Eu posso falar, de cadeira, a respeito disso. Fui Delegado há muitos anos. Sou Delegado e todas as Delegacias, a maior parte delas, foram construídas na época do Moysés Lupion e Jaime Canet. A situação das cadeias é uma questão técnica. Nenhum preso deveria estar em cadeia de delegacia, nenhum! Deveria estar num presídio, e não é o Governador Requião que é o culpado disso. Isso aí já vem há muito tempo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O Governador Requião é Governador pelo segundo mandato! Deste ele está indo para o terceiro ano.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Eu fiquei oito anos! Oito anos ganhando oitenta centavos por preso no Governo passado, para sustentar com 24 reais cada preso! Eu tinha que sair mendigando na rua! Hoje, são dois reais. Não é muito, mas são dois reais! V. Exa. não venha aqui bater continência com o quepe alheio, porque o senhor não conhece a situação!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu não sou policial! O senhor se coloque no seu lugar! Se V. Exa. foi Delegado de Polícia, eu nunca fui, mas já fui preso também e preso pela ditadura, por gente igual ou pior do que você!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Solicito um aparte.

(Assentimento)

Na verdade, ilustre Deputado Scarpellini, V. Exa. está cumprindo com rigor e com competência a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. É por isso que se aflora o debate. Se todos os que presidissem uma Comissão da Casa levassem a termo todos os assuntos que envolvem esta ou aquela Comissão, assim como, modéstia à parte, procuramos fazer na Comissão de Fiscalização e Controle, certamente esta Casa ganharia em debate e iria *in loco* verificar, como V. Exa. foi, e seu posso dizer o seguinte sobre esse tema, porque não fui *in loco*, mas tenho ouvido de muitos Delegados e muitos policiais que não podem prender mais ninguém, porque não há vaga! Há uma superlotação em todas as Delegacias!

O meu aparte era simplesmente para amenizar os ânimos de V. Exa. e também do Deputado Bradock mais

também, dizer que V. Exa. está cumprindo o seu papel, o seu dever.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu fico agradecido em ouvir o seu aparte.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero felicitá-lo pela sua intervenção no que ela tem de humanitário e de preocupação com os presos que passam situação de privação e de necessidade.

Não é intenção do Governador Requião manter essa situação desumanitária, não é intenção do Governo manter ninguém sob tortura, sob prisão desumana.

O Secretário Parzianello é de extrema competência e de grande espírito de justiça e, também, de espírito cristão. Ainda no final dessa semana que passou, ele mostrava-me o projeto em computação gráfica da nova prisão que está sendo feita para novecentos presos, na cidade de São José dos Pinhais, para recolher os presos das cadeias públicas superlotadas de Curitiba e Região Metropolitana, também, com certeza, da cidade vizinha de Paranaguá. E esse problema da superlotação das cadeias e da sua depreciação, enquanto prédios, nunca foi enfrentado por nenhum dos governos contemporâneos do Paraná.

Já faz mais de sessenta anos que foram construídas as cadeias que servem as cidades paranaenses; são cadeias feitas ou pelo Governador Manoel Ribas, ou pelo Governador Moysés Lupion. Mas o Governo Requião vai fazer, sim, novos presídios e novos presídios temporários para aliviar essa situação.

Acho que V. Exa., Sr. Deputado Scarpellini merece o aplauso da Assembléia, porque está zelando pelos direitos humanos, mas, o Governo do Paraná também merecerá a tempo o aplauso da sociedade, por estar resolvendo um problema que recebeu de há muito tempo, um problema muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Um já passou no aparte do Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Daí o senhor devia ter cortado dele, não o meu. Com o aparte o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

O Governo anterior construiu várias penitenciárias. Amanhã eu posso fornecer a V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu quero colocar que a hora que o Governador Requião construir, Deputado Rafael Greca e Srs. Deputados da Bancada Governista, eu estarei para cumprimentar.

Mas hoje o assunto é de urgência, de extrema urgência, e os 198 presos que lá estão, não esperam o término dessa construção; vão morrer todos, com certeza.

Eu não sou profeta do caos, e não é com essa profecia que uso dessa palavra agora para alertar a sociedade e este Parlamento do Governo, sobre o que lá está acontecendo, Deputado Duílio.

Deputado Rafael Greca de Macedo, nós tivemos nesta Casa sempre do lado oposto. Quando eu era Álvaro Dias, o senhor era Oposição a ele. Discutimos com o maior dos respeito e acredito que a nossa contribuição foi deixada naquela oportunidade. Mas, eu não posso aceitar que presos sejam colocados em contêineres como estão sendo anunciado pelo Governo do Paraná, e a pena de morte estabelecida e instalada na Delegacia de Paranaguá! O cadeião de Paranaguá venha a matar todas aquelas pessoas que lá estão, de pequenos crimes, a crimes hediondos! E não está criado, estabelecido aqui, a pena de morte,

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Lembrei-me de uma coisa: uma vez apresentei aqui, para tornar a Ilha das Cobras um presídio. Quase apanhei da população de Paranaguá.

Lá estava a casa de lazer dos governos, o Jaime Lerner também a usou. Eu queria fazer daquilo lá uma penitenciária, quase apanhei da população de Paranaguá. Recebi reprimendas, desaforos, tudo. Mas se tivesse se tornado uma penitenciária, talvez não tivesse...

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

É que o Regimento foi concluso esses dias, não sei se no mesmo pronunciamento cabem vários apartes do mesmo Parlamentar.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

É democracia, Deputado. Claro que cabem!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É possível.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. chamou-me, estes dias, dizendo que eu estava sendo mal educado, nesta Casa, quando pedi aparte ao Deputado Rossoni. O trabalho parlamentar concede em pedir apartes, em participar, pedir pela ordem! V. Exa. é um Deputado com cinco mandatos, vereador, deveria saber! Democracia é para ser exercida. Nos nossos governos, sim. Não nos da ditadura, que não sei se V. Exa. representou.

Mas, Deputado Scarpellini, o “lixão” de Paranaguá, as crianças de Paranaguá estavam dividindo o lixo

com os urubus. Nosso Governo está tomando providências. Estamos salvando a juventude, fazendo escolas. Este é Governo! Construindo estradas, melhorando o Porto, melhorando tudo para que nosso Estado continue sendo pujante, sadio, maravilhoso! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, quero responder à questão de ordem de V. Exa.: realmente não é permitido, diz o Regimento, que o aparte deve ser breve e conciso. E um aparte durante o pronunciamento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Solicito a V. Exa. que peça que sejam retiradas dos Anais da Casa as palavras ditas de forma anti-Regimento, do Deputado Antonio Anibelli, que disse que era permitido, sim, na democracia e que podia, sim, e que eu era um Deputado experiente, que deveria saber que poderia...

E V. Exa. acaba de informar-me que não pode!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, não pode.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. desculpe ter dito que o Deputado Neivo Berardin é um Deputado experiente. V. Exa. queria que eu dissesse o quê, de V. Exa.? Que o ofendesse? Não faz parte do meu currículo e da minha vida pública!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Só para encerrar, esclarecer que na democracia tudo é permitido, desde que não se pratique atos como crimes contra a honra, a dignidade e as pessoas. No mais, tudo é permitido. Muito obrigado, Sr. Presidente, peço a esta Assembléia Legislativa que ouça o clamor e vamos a Paraná salvar aquelas vidas que lá estão.

Muito obrigado!

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença da Secretária da Educação de Terra Roxa, a Sra. Teomilda Maria Tonin e sua mãe, Sra. Maria Inês Tonin.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Lembramos que hoje, no Horário das Lideranças, somente serão os Partidos com direito a dez minutos, segundo o artigo 90, parágrafo 2º.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto, usando o Horário da Liderança do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, na tarde de hoje, cumprimentar o Presidente da Comissão da Reforma Tributária da Assembléia Legislativa, Deputado Reni Pereira, que ganhou destaque na imprensa paranaense neste final de semana, pela participação no Fórum da União Nacional das Assembléias Legislativas, a UNALE, defendendo principalmente o nosso Estado, em relação à reforma tributária, que está em trâmite no Congresso Nacional, mesmo sendo um assunto afeto à esfera federal.

Creio que é de suma importância discutir este tema nesta Casa, porque pelo que relata o Deputado Reni Pereira, todos nós, paranaenses, corremos o risco de ser prejudicados.

O Deputado diz aqui, que da maneira como foi proposta a reforma tributária, não extingue as mais de sessenta contribuições que são cobradas hoje, através de impostos e taxas e que não vai baixar a carga tributária e muito menos contemplar o serviço público. Pelo contrário: o Governo está fazendo uma reforma para pior. Há discrepância no bolo tributário que é repassado aos municípios e o projeto, em tese, seria uma grande oportunidade para inverter isso, só que está cheio de falhas.

Aqui, nesta reportagem, com muita responsabilidade, o alerta feito pelo Deputado Reni Pereira diz que “a reforma seria uma chance para corrigir as distorções, repassando para os municípios uma fatia maior de recursos...”, só que segundo diz aqui o próprio Deputado Reni Pereira: “quando esta reforma for aprovada, esses benefícios de isenção forem concedidos no apagar das luzes, o Paraná vai ser muito prejudicado. Estamos atentos também a outro artigo da reforma, que visa retirar recursos do Paraná, através da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai desviar recursos dos municípios do Sul e reverter para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.”

Já que está em tela também no Congresso Nacional a reforma tributária falando sobre a Medida Provisória 232 e que nesta semana poderá voltar na pauta do Congresso Nacional, até mesmo com a correção da tabela do Imposto de Renda. Diz aqui: “que a proposta da Comissão, a chamada ‘Carta do Paraná’, propõe a simplificação do emaranhado legislativo que afeta - friso mais uma vez - os contribuintes e o próprio Governo, numa superposição de obrigações e de atividades que aumentam ainda mais o custo-Brasil.”

O que conclamo na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, que esqueçamos aqui as cores partidárias, a ideologia, seja do centro, direita ou esquerda, mas que pensemos em nosso Estado de uma maneira geral. Façamos aqui o que fazem aqueles Deputados que pertencem ao Nordeste, por exemplo, mesmo os que são do PC do B, passando pelas mais variadas correntes: antes de tudo defendem a sua região, o seu Estado, para depois brigarem entre si.

Portanto, deveríamos somar-nos a esta luta do Deputado Reni Pereira e de outros Deputados que compõem a Comissão de Reforma Tributária da Assembléia

Legislativa, para que o Paraná, mais uma vez, não seja prejudicado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Na Liderança do PSB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar, de uma forma especial, o nosso amigo Deputado Dobrandino da Silva, que começou a exercer a Liderança do Governo nesta Casa.

Cumprimento o Deputado Dobrandino, brilhante Parlamentar, homem de uma história construída ao longo do tempo, com muita dedicação, equilíbrio e muita inteligência.

Gostaria também de fazer algumas considerações com relação ao Procurador, quando aqui esteve, deixou muito claro e muito bem evidenciado, Srs. Parlamentares, a omissão do Governador com relação a vários temas por ele apresentados nesta Casa, no dia em que aqui esteve.

O Deputado Dobrandino, já exercendo o papel de Líder da Bancada Governista, falando pelo Governo, de pronto procurou o entendimento com os Srs. Deputados da Bancada de Oposição, com o Líder das Oposições, Deputado Valdir Rossoni, com o ex-Líder, Deputado Durval Amaral, conosco mesmo, no sentido de trazer para esta Casa o nobre Procurador Dr. Botto, para esclarecer alguns fatos que ainda estão nebulosos para os paranaenses. Fruto até de um requerimento encaminhado pela Bancada da Oposição, fazendo algumas cobranças do Governo, solicitando informações com relação a alguns temas trazidos nesta Casa, entre eles o caso CIEN, Deputado Elio Rusch e, com certeza, a ELEJOR, que será fruto de ampla discussão nesta Casa, quando o Procurador vier.

Aproveito, nesta tarde, para fazer um pedido especial ao Deputado Dobrandino, porque quero crer que os paranaenses ainda estão com uma grande dúvida e um grande ponto de interrogação na mente com relação a uma outra denúncia levantada, nesta Casa, pela Bancada de Oposição e que, até agora, nada de esclarecimento aconteceu, nenhuma explicação lógica foi trazida a esta Casa.

A própria pessoa que foi denunciada, em nenhum momento veio aqui, para com clareza, esclarecer suas colocações. O que ocorreu, foram apenas algumas situações embaraçosas e de dúvidas com relação à vinda ou não, de forma especial do nosso Secretário da Comunicação, Airtton Pisseti, que foi aqui, nesta Casa, denunciado por inúmeras vezes e, até o presente momento, não trouxe nenhum esclarecimento que pudesse elucidar ou tornar

clara as denúncias feitas ao Secretário de Comunicação Airtton Pisseti.

Eu gostaria que o nobre Parlamentar, que hoje ostenta o cargo tão importante que é de Líder da Bancada do Governo, procurasse trazer aqui, mas de uma forma muito clara, o Secretário da Comunicação, para que voltássemos ao assunto e pudéssemos esclarecer aquelas denúncias trazidas a esta Casa que, com certeza, os paranaenses estão sedentos da informação que, até o presente momento, paira na mente dos paranaenses de uma forma muito nebulosa e gostaríamos de ter as explicações.

Por isso, Deputado Dobrandino, conhecendo o seu estilo, conhecendo a sua capacidade, quero crer que V. Exa. deverá contribuir, e muito, para com o Governo, como Líder da Bancada, como Líder do Governo nesta Casa, trazendo para cá toda e qualquer informação fruto de denúncias apresentadas pela Bancada de Oposição ou mesmo por aqueles que vieram aqui trazer as denúncias contra o Governo Roberto Requião.

Aproveitando, ainda, gostaria de fazer aqui, Deputado Elio, Deputado Ailton Araújo, Deputado Barbosa, algumas considerações sobre essa decisão que a Bancada de Oposição acabou de ter neste dia como conquista extraordinária aos paranaenses, como medida reparadora e saneadora de uma irregularidade que, realmente, extrapola os limites da vontade de todos os paranaenses, que é a questão da contratação de funcionários pela FUNPAR para nossa Rede de TV Educativa deste Estado.

É uma insanidade a medida tomada pelo Governo, Deputado Elio Rusch, de querer contratar funcionários através da FUNPAR, para vender a imagem de ações do Governador Roberto Requião, para o Brasil e o Estado do Paraná. A Oposição, consciente e responsável que é, através dos seus Parlamentares, exercendo a função de cobrar aqui desta tribuna e desta Casa, que é o grande fórum de debates da sociedade paranaense, cumpre o seu papel que lhe foi dado pela sociedade paranaense e lhes é incumbido através das ações dos Parlamentares, de se insurgir contra ações como essas, que o Governo do Paraná de forma lamentável tenta fazer, através do edital para contratação de funcionários.

Graças a Deus, pela inteligência e sapiência do nobre juiz, que liminarmente decide favoravelmente à nossa solicitação, proíbe momentaneamente e quero crer que no curso da ação, no momento em que no mérito se discuta isso, também tenha a mesma decisão proferida liminarmente, proíbe momentaneamente a contratação de funcionários para trabalharem na Rede Educativa deste Estado através deste edital. Diz, sim, o nobre juiz que poderá a FUNPAR contratar funcionários, mas para trabalharem em empresas da iniciativa privada e não em órgãos do Governo, porque desta forma estariam ferindo princípios constitucionais, legais e jurídicos, se assim essa decisão fosse acatada pela Justiça.

Por isso, quero enobrecer todos os Srs. Deputados da Oposição, que de uma forma inteligente protegem o erário público, se colocam contra decisões que o Governo

de uma forma irresponsável e, infelizmente, não correta, procuram através de ações como essa usar e usurpar do dinheiro público, para contratação de pessoas para trabalhar e ficarem a serviço do governante do Paraná.

Por isso, cumprimento a Justiça por essa decisão que com certeza é sábia, inteligente e vem reparar de uma forma definitiva essa que seria uma decisão caótica do Governo paranaense.

Para encerrar quero também lembrar aqui de uma outra decisão proferida pela Justiça, em que proíbe também momentaneamente o programa do PMDB na televisão e desqualifica de uma forma muito clara essa mentira e essa propaganda enganosa do Governo do Paraná, com relação ao pedágio.

Se a Presidência me permitir vou conceder um aparte ao nobre Líder do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O vosso tempo já encerrou.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pois não. Portanto, Deputado Dobrandino, lamento não poder permitir-lhe o aparte, mas tenha a certeza absoluta que pela grandeza dos seus atos, V. Exa. será um grande Líder nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Hoje o dia foi muito interessante, porque foram percorridos vários assuntos pertinentes a danos que o tempo não para - como já dizia a música e o Scarpellini gosta muito de música.

Eu queria passar ao Deputado Elio Rusch, meu colega e companheiro da Comissão do Meio Ambiente, um termo do Ministério Público do Estado do Paraná, a respeito do termo de compromisso firmado entre a FERROESTE e o Ministério Público isto em 19 de abril de 1999, onde ela se comprometia, não só a firmar o PCA - que é o Plano de Controle Ambiental - mas também, firmou junto ao IAP mais oito artigos dos quais nenhum foi cumprido. E nesse período, além do descumprimento desses problemas ambientais que ocorreram na FORRESTE, hoje FERROPAR, que é uma das subsidiárias da FERROESTE, que estão atendendo com certa exclusividade a PUNG e a VOTORAN, não as cooperativas. Tivemos contato com algumas cooperativas da região e realmente não estão sendo atendidas, e por isso até as próprias cooperativas estão reivindicando que a FERROESTE, naquele trecho, seja retomada pelo Governo do Estado.

E queria repassar a alguns companheiros daquela região que o Governador Requião, neste momento, está reunido com os Diretores da FERROESTE, junto com o Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, buscando um entendimento para que a ferrovia, que foi terceirizada, com o intuito não só de melhorar a qualidade do atendimento, mas melhorar também os preços para nossos amigos produtores rurais.

Infelizmente, esses dois assuntos ainda vamos trazer à pauta.

O Sr. Elio Rusch

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, a questão do contrato, nós sabemos que o IAP não tem como outorgar à FERROPAR a licença ambiental definitiva da instalação, porque falta cumprir algumas formalidades, alguns itens do próprio contrato. Mas, no momento em que mais o setor produtivo, no momento em que as empresas mais precisam da ferrovia para transportar a produção o Governo do Estado lacra a ferrovia! Nós somos favoráveis ao meio ambiente. Não existe crime ambiental. O não plantio de cinco mil mudas de árvores, o não plantio de grama, de algum gramado e a não construção da galeria para as águas pluviais, não é motivo, neste momento, de você fechar uma ferrovia! O Governador não pode fazer isso, Deputado Kielse! Jamais!

Se existem outras pendências contratuais que devem ser seguidas, tem que existir o bom senso do Governador do Estado do Paraná, não pode impedir o transporte da nossa produção! E as cooperativas eu também tenho conversado com elas e não é que são favoráveis à FERROPAR voltar para o Governo do Estado, mas elas mesmas, as cooperativas, os usuários da FERROESTE querem administrar. Mas, não é da forma como o Governador do Estado do Paraná está usando o poder de Governo, poder que tem de fechar uma ferrovia neste momento crucial, no auge do transporte da ferrovia.

Deputado Kielse, não sei e V. Exa. ouviu antes, mas mais de cem caminhões no sábado ao meio-dia já estavam impedidos de entrarem no pátio da FERROESTE! Não é possível!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Deputado Elio, durante a semana pegamos as informações diretamente do Presidente do IAP, dos diretores da FERROESTE e também das cooperativas, nessas últimas duas horas.

Por isso, eu não só vou trazer essas informações precisas ao senhor, mas digo que também a ordem partiu do Ministério Público, porque o acordo firmado com a FERROESTE não foi cumprido e aqui tenho doze tratativas, as quais não foram cumpridas nenhuma delas.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Kielse, V. Exa. traz à tribuna um assunto que certamente deve merecer a atenção e a preocupação de todos os Parlamentares nesta Casa. Afinal, o Paraná gastou quase quatrocentos milhões de dólares para construir a FERROESTE; no Governo passado foi dada uma concessão e não foram cumpridos os contratos de compra de vagões e manutenção da FERROESTE. Certamente o Governo do Estado agiu no objetivo de melhorar e cuidar dos interesses do povo do Paraná. Mas, eu diria a V. Exa. mais uma coisa: acho que o Governo do Paraná tem que intervir sobre o custo do transporte de Ourinhos até Paranaguá, porque está custando muito caro o transporte ferroviário. Sabemos que o transporte ferroviário tinha que ser um pouco mais caro do que o hidroviário, mas o ferroviário hoje no Paraná custa mais caro que o rodoviário!

Então, estou neste momento prestando a minha solidariedade ao Governo, porque certamente ele está fazendo sentar à mesa essa gente que ganhou a concessão e não cumpriu, por isso V. Exa. traz um assunto que nos interessa.

Meus cumprimentos!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Muito obrigado.

Vamos trazer esse relatório o mais rápido possível. Mas, eu queria repassar uma informação valiosíssima a alguns companheiros que atendem o Vale do Ribeira.

Há cerca de dois anos atrás, Deputado Ailton Araújo, Deputado Carlos Simões, Deputado Bradock, estive aqui extremamente nervoso discutindo a questão do Vale do Ribeira, discutindo a questão dos carros encalhados, Deputado Zucchi, na rodovia que dava acesso a Rio Branco do Sul, a Cerro Azul. Realmente era um momento dramático, onde pessoas morriam na estrada a cerca de oitenta quilômetros de Curitiba, encalhadas na estrada, até que nós dizíamos o elo de ligação do Vale do Ribeira. Uma estrada que era destruída, Deputado Elio, e hoje eu venho convidá-lo para, no mês de maio, agora, ainda não está precisada a data, mas vamos inaugurar o asfalto de ligação Rio Branco a Cerro Azul, Deputado Stica. E vamos inaugurar esse sonho da minha família e de tantas pessoas que vieram oriundas do Vale do Ribeira, do Ivan Rüppel, do Antônio Rüppel, de vários Parlamentares que aqui passaram. E que passados 112 anos de Comarca, Deputado Nishimori, que Cerro Azul já detém - quando a Princesa Isabel esteve lá, em poucas cidades ela esteve, mas ela dormiu em Cerro Azul, hoje eu tenho o prazer de convidá-los para, no mês de maio, a inauguração desse asfalto.

E vamos piorar um pouquinho mais, ou melhor, vamos melhorar um pouquinho mais, Deputado Reni, quero convidá-los no mês de junho para a inauguração do asfalto de Bocaiúva do Sul até Adrianópolis, o novo eixo de ligação para São Paulo via Curitiba, onde os desbravadores, os homens que abriram este Estado

fizeram daquela terra, a terra do eldorado, em 1940 e tantos. E só agora, partidos sessenta anos, vamos inaugurar o asfalto!

A valorização das áreas, e alertei até alguns Deputados que são investidores, já passa de 500% de dois anos até o dia de hoje, 500%. Você comprava um alqueire, Nishimori, por cerca de trezentos reais em Cerro Azul, área produtiva, com aguada, cerca, pasto, área pronta para largar qualquer tipo de animal, até plantar qualquer tipo de produção agrícola. E hoje essas áreas estão chegando a cinco, a oito, a dez mil reais, só por causa do evento do asfalto.

Por isso, são dois assuntos pertinentes também ao avanço que o Governo do Estado está fazendo junto ao Paraná, junto ao Vale do Ribeira, criando oportunidades, criando decência, fazendo parcerias e apoiando as regiões mais pobres.

Venho, não só nessas duas parcerias, que também o Governo Federal adentrou na BR-476, ligação Adrianópolis, e na PR-092 ligação a Cerro Azul. São sonhos deste Deputado que tem um compromisso de cumprir com as lideranças da região indo a pé a essas cidades e fazer uma grande festa.

Mas, só para concluir, Deputado Zucchi, um assunto que também nos deixou preocupados é a questão de Paranaguá. Falei ainda há pouco com o Secretário Delazari e serão transferidos alguns presos nos próximos dias, Deputado Anibelli. Só que nós temos neste ano oito inaugurações de penitenciárias, criando não só novecentas vagas nos presídios, mas 5250 vagas até o final de 2006. Trazendo, não só o esvaziamento dessas delegacias em todo o Paraná, que estão superlotadas, mas principalmente nas regiões caóticas de fronteira, como Foz do Iguaçu, Londrina, Piraquara, que é o eixo mais complicado que temos, São José dos Pinhais, que vão ser beneficiadas, juntamente com Maringá.

Por isso, hoje só tenho que agradecer o Governo e dizer que vou trazer as explicações também ao Deputado Elio a respeito deste momento de paralisação para que a FERROESTE faça a sua adaptação à questão ambiental também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.
(Declinam)

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 639, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se deste plenário nas Sessões dos dias 05 e 06 de mês de abril, para participar, como palestrante, da Jornada sobre Tratamento e Disposição de Resíduos Urbanos, a realizar-se no dia 05 de abril em Buenos Aires. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 676, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se no período entre os dias 05 e 06 do corrente mês, para realização de viagem a Brasília/DF, a fim de participar da posse do Deputado Federal Dilto Vitorassi. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 683, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se no período entre os dias 05 e 06 do corrente mês, para realização de viagem a Brasília/DF, a fim de tratar de assuntos referentes à reforma tributária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para uma comunicação que acredito que seja importante a esta Casa, para convidar os Deputados componentes da CPI do Porto de Paranaguá que nós teremos a última reunião agora às dezessete horas.

Obrigado, era só, Sr. Presidente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Apenas para informar esta Casa, o Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba manda uma

nota circular a todos os Deputados e Deputadas desta Casa, comunicando que o livro de condolências estará aberto na sede do Consulado, Avenida Agostinho de Leão Júnior, Alto da Glória, Curitiba, nos dias 5, 6 e 7 de abril, das quatorze às dezessete horas.

(Lê):

“O Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba apresenta seus cumprimentos às autoridades brasileiras e ao corpo consular acreditado nesta Capital, e com profunda tristeza informa, que após o falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II, em 2 de abril de 2005, o Governo da República da Polônia decretou luto nacional até a data do funeral do Santo Padre.

O Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba informa, que o livro de condolências será aberto na sede desta repartição à Avenida Agostinho Leão Júnior, 234 - bairro Alto da Glória, nos dias 5, 6 e 7 de abril, das 14 às 17 horas.

O Consulado Geral da República da Polônia informa ainda que no dia 8 de abril corrente às 17 horas, no Bosque João Paulo II em Curitiba, será celebrada uma Missa Solene dos Mortos - *Requiem* em memória do Santo Padre João Paulo II.

O Consulado Geral da República da Polônia reitera às autoridades brasileiras e ao corpo consular acreditado em Curitiba, seus votos de estima e consideração.

Curitiba, 4 de abril de 2005.”

Curitiba tem uma colônia polonesa muito grande. Apenas para comunicar à Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputada Cida, pela comunicação.

A Mesa já havia recebido também esta circular do Consulado Geral da República da Polônia.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 04/2005, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVDAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo e Aprovadas as Emendas.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Francisco Beltrão - ADEFFB, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Carismática Católica, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Creche Casa da Criança, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Galvão Bueno, localizada no Município de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Alvorada Club, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora de Guadalupe, na localidade de Barra Bonita, no Município de Três Barras do Paraná, com sede em Barra Bonita e foro em Catanduvas Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que altera redação do artigo 1º da Lei nº 7.117/79, e dá nova redação. (Associação das Irmãs Franciscanas do Bom Pastor). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação SERPIÁ - Serviço e Programas para a Infância e Adolescência, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em votação.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procedida à verificação de votação, 32 Srs. Deputados, (unanimidade) aprovam a 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 104/2005. **Aprovado.** Há quórum para decisão, se é o que o Deputado Neivo Beraldin queria saber.

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº -004/2005, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, constituída pelo Ato do Presidente nº 01/2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 679, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu acabo de ouvir aqui do ilustre Presidente da CPI, Deputado Bradock, que teria feito um acordo com o Presidente da Casa e que seria retirado o dito projeto por três Sessões.

Agora, gostaria também, ao mesmo tempo, que viesse na Ordem do Dia para ser votado o relatório da CPI que o ilustre Deputado José Maria foi Presidente e o Deputado Artagão foi relator que é a CPI da Paranaidade que até agora não veio a este Plenário,

Nós estamos retirando aqui, segundo acordo feito pelo Deputado extraoficialmente, por três Sessões, não

sei a razão de V. Exa. ter feito este acordo, porém respeito.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Para Encaminhar)

Nós concordamos com o Deputado Jocelito Canto por três Sessões, e que fique constando que na quarta-feira, na segunda Sessão de quarta-feira, esse relatório entre para votação. Não concordamos com a vinda do Magnífico Reitor de Ponta Grossa aqui até porque é dispensável, visto que ele já teve a oportunidade, no passado recente, de vir a esta Casa de Leis, ocupando aquele plenário explicando a situação da Universidade Estadual de Ponta Grossa bem como sendo ouvido, posteriormente, ele e todos os seus auxiliares, na CPI.

Portanto, acho que esta segunda parte é descabível.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Somente para dizer que nós não concordamos com o relatório apresentado pela CPI, pelo Deputado Bradock, pelo Relator Neivo Beraldin, em alguns itens. Concordamos plenamente com quase tudo. Restam algumas dúvidas. E não sou juiz. Acho que esta Casa tem o dever de levantar as dificuldades, as coisas que possam ter sido erradas. A própria Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas não vou votar aqui algo que não concordo. Concordo com o Deputado Bradock, com o Deputado Neivo, com a Comissão, mas não concordo, por exemplo, em afastar o reitor. Isso eu já deixei claro aqui.

Espero, no transcorrer desta discussão, que a gente possa tratar desse assunto. Não quero que se esconda nada, que se proteja ninguém que não fez nada de irregular no transcurso dessas investigações na Universidade, mas não posso concordar que todo mundo é bandido na universidade de Ponta Grossa. O relatório caminha para o afastamento do reitor, que eu não posso concordar. Por isso pedi o adiamento para que possamos discutir um pouquinho mais.

Não estou aqui, Deputado Bradock, desmerecendo o seu trabalho e nem dessa Comissão. Quero aplaudir. E as pessoas que erraram, têm que ser punidas. Só discordo dessa parte final de punir alguém que tomou as providências. Só isso. Espero que até a semana que vem, possamos discutir isso. E aí, sim, eu voto com o Deputado Bradock e com a Comissão, o relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o Requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Resolução nº 004/2005.

Discussão Única

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que reitera providên-

cias visando à construção de uma escola estadual no Parque Universitário de Londrina, a fim de atender alunos de 5ª a 8ª séries e do ensino médio desse e dos bairros adjacentes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005.**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero fazer um requerimento verbal.

Um minuto de silêncio deste Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael, não querendo lhe interromper, mas o Presidente Hermas Brandão já o fez.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então quero manifestar em nome da comunidade católica e dizer o seguinte: vamos mandar celebrar uma missa no dia 08 de abril, sexta-feira que vem, às 17h no Bosque do Papa em memória a sua Santidade. O Governo do Estado, o Consulado da Polônia, a Missão Católica Polonesa do Brasil.

Queria convidar os Sr. Deputados e as pessoas que nos assistem pela TV. Como sabem, o Bosque do Papa, aqui, do lado da Assembléia e do Palácio do Governo, guarda a Casa polonesa da família Piannowski, foi o cenário do seu encontro com os poloneses do Paraná. E também guardam o ícone de Nossa Senhora de Monte Claro, que foi o presente do Papa à população do Paraná.

Portanto, fica o convite para a missa de despedida de Sua Santidade o Papa no dia do seu sepultamento, sexta-feira às 17h da tarde, no Bosque do Papa. Esse Papa que combateu o nazismo, o comunismo, foi escudo contra o terrorismo, e mais do que tudo foi um sinal de Deus no nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tem vários requerimentos das Srs. Deputadas, pedindo envio de correspondência pelas autoridades da Igreja Católica.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, eu, na condição de Relator da CPI das Universidades não posso concordar com uma afirmativa feita pelo Deputado Jocelito Canto que, "... nem todos são bandidos". O nosso relatório longe está dessa colocação. E reafirmo a V. Exa. e a Casa, que concordo com os três dias de adiamento, porém não vou mudar nenhum ponto e nenhuma vírgula do que baseado em documentos e depoimentos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 552, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 631 a 634, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 635 e 636, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 640 e 641, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 642, 643 e 682, de autoria do Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 644, 650 e 668, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 649, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 645, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 646, 647 e 648, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 653 e 654, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 657 e 658, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 659, de autoria do Deputado ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 660 a 667, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 669 a 672, 681, 688 a 692 e 698 a 700, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 673, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 680, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 677 e 678, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 684, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 685, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 693 a 697, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 674, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O Procurador Geral do Estado e Diretor da COPEL, virão a esta Casa. Mas, como nós sempre dissemos, tem que ser transparente e eu imagino que o Governo com a COPEL não teria nenhuma dificuldade naquilo que é causa pública.

Nós concordamos e somos favoráveis a este requerimento.

Ordem do Dia da próxima Sessão

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento **aprovado.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 189, 447/2004; 002, 038, 066, 079 e 084/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 007 e 008/2005.

Levanta-se a Sessão.